MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

Memorando nº 6/2018/SCC-MT/DAD-MT/SFA-MT/MAPA

Várzea Grande, 05 de fevereiro de 2018.

Ao(À) Ao chefe da DAD-MT

Assunto: **Término vigência Contrato nº 08/2013 - Serviço de Vigilância Armada.**

Prezado Senhor,

Informamos que o Contrato nº 08/2013, referente prestação de Serviço de Vigilância Armada na SFA-MT, tem vigência até **12/12/2018**, não podendo ter o prazo prorrogado, pois encontra-se no 4º e último Termo Aditivo previsto em lei.

Tendo em vista a complexidade do processo, solicitamos a elaboração do Termo de Referência, juntamente com a pesquisa de preços, para que possamos dar andamento à elaboração do edital e à realização do pregão.

Enfatizamos ainda que, de acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 25/05/2017 - MPOG, deve-se seguir os modelos de minutas padronizados da Advocacia-Geral da União, os quais se encontram no site http://www.agu.gov.br/.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DULCE DE MORAES CHAVES**, **Administrador (a)**, em 05/02/2018, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4007913** e o código CRC **470070AA**.

Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04 SEI nº 4007913

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): DAD/SFA-MT	
Responsável pela Demanda: José de Assis Guaresqui	**Matrícula/SIAPE:** 2251382
E-mail: jose.guaresqui@agricultura.gov.br	Telefone: (65) 3688-6701

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

A contratação do serviço de vigilância visa garantir e proporcionar maior segurança do patrimônio público (instalações, equipamentos e acervo documental da SFA-MT) não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e, em especial garantir a integridade física dos servidores, terceirizados e estagiários.

Ressalta-se que a contratação dos serviços de vigilância patrimonial visa suprir a lacuna deixada pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de Vigilância.

Além disto, de acordo com o contido no Art. 1º, do Decreto n.º 2.271/1997, a vigilância patrimonial, assim como outras atividades que visam dar suporte à estrutura dos serviços prestados à sociedade, são definidas como acessórias à atividade fim da Instituição, podendo ser objeto de execução indireta.

2. Quantidade de serviço a ser contratada

02 (dois) Postos 12X36 Diurno/12h

02 (dois) Postos 12X36 Noturno/12h
3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços
13/12/2018
4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Nome: Maria Dulce de Moraes Chaves **Siape:** 2181221	**Nome:** Geyslla Queiroz de Souza **Siape:** 1799254
Nome: José Ronaldo Baia **Siape:** 1993028	

Local/ data Responsável pela Formalização da Demanda

Documento assinado eletronicamente por **MICHEL VINICIUS MORAES PEREIRA**, **Chefe de Divisão**, em 07/08/2018, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 09/08/2018, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5190122** e o código CRC **F43B0B2A**.

Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04	SEI: nº 5190122

Estudos preliminares

A SFA-MT possui um contrato de serviço de vigilância que se finda em **12/12/2018**, não podendo ter o prazo prorrogado, pois encontra-se no 4° e último Termo Aditivo previsto em lei. Desta forma, afim de não descontinuar o serviço, inicia-se o planejamento da contratação do serviço de vigilância que visa garantir e proporcionar maior segurança do patrimônio público (instalações, equipamentos e acervo documental da SFA-MT) não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e, em especial garantir a integridade física dos servidores, terceirizados e estagiários.

Ressalta-se que a contratação dos serviços de vigilância patrimonial visa suprir a lacuna deixada pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de Vigilância, que já era insuficiente, visto que a SFA-MT conta apenas com 03 (três) servidores em seu quadro de pessoal para o cargo de vigilante e busca com a contratação deste serviço se enquadrar na previsão do art. 1º do decreto nº 2.271/97 que diz:

> “ Art . 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
>
> § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.
>
> § 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.”

A contratação de uma empresa especializada, consoante ao decreto acima descrito, para atividades acessórias, instrumentais e complementares, constitui-se em uma alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa, como meio de atendimento às necessidades finalísticas desta Superintendência.

Esse entendimento é corroborado pelo TCU, que considera que o “processo de terceirização, devidamente manejado, pode ser eficiente meio de modernização da estrutura estatal, juntamente com a privatização, a parceria público-privada, a flexibilização, a desregulamentação, a permissão, e a concessão. Medidas essas que visam um modelo de

Estado menos executor e mais fiscalizador. Assim, cada caso deve ser examinado particularmente, evitando-se a presunção equivocada de qualquer atividade que destoe daquelas consagradamente aceitas como passíveis de terceirização (segurança, limpeza, copeirarem, etc.), esteja impossibilitada de ser executada de forma indireta. " (Acórdão n° 256/2005 TCU - Plenário).

A Superintendência Federal de Agricultura / SFA-MT possui uma extensa área de 64.276 m², com uma entrada principal destinada ao acesso de servidores e terceiros e entradas secundárias e desta forma, a contratação de empresa especializada em vigilância visa não descontinuar este serviço cuja a interrupção poderia comprometer a segurança patrimonial e dos frequentadores da SFA-MT. Devido à esta área de grande extensão da SFA-MT será necessária a instalação de sistema eletrônico que permite o controle de vigilantes, bem como o monitoramento de percurso e horários das rondas, a serem pré-definidos. Assim, durante a ronda o sistema registra cada passagem do vigilante em um ponto específico, possibilitando o cumprimento fiel das rondas.

O objeto desta licitação é classificado de acordo com o art. 1°, da Lei 10.520, de 2002 como serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos no edital e anexos, sendo a forma de seleção do fornecedor por meio de processo licitatório, modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/93, classificando-se como serviço continuado com dedicação de mão de obra exclusiva, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, sendo que sua interrupção pode comprometer o funcionamento das atividades da SFA-MT ou o cumprimento da missão institucional conforme art. 15, IN 05 SEGES, MPDG e encontra amparo legal na Lei nº 10.520, de 07 de julho de 2002; no Decreto nº 5.450 de 31 de Maio de 2005; no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, IN 05 SEGES-MPDG e nas demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, assim como, no que couber, Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

A intenção deste certame é a contratação de 2 postos serviço de vigilância 12x36, diurno, 12 horas e 2 postos de serviço de vigilância, 12x36, noturno, 12 horas para turnos diários, sendo o piso salarial da categoria previsto em R$ 1.153,00, conforme consulta em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria vigente a partir de 01 de janeiro de 2018. O valor estimado da contratação conforme a média de pesquisa de mercado no site do painel de preços é de R$ 35.439,68 mensal e de R$ 425.276,16 anual.

O Quantitativo proposto foi atribuído conforme contratação atual que possui dois postos de vigilantes 12x36, de 12 horas, noturno e dois postos 12x36, diurno de 12 horas e que atende

satisfatoriamente toda a dimensão da SFA-MT. Assim, esta contratação se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação dos serviços, visando assim suprir as necessidades de serviços de vigilância, de modo a atender com maior eficácia as atividades sob responsabilidade deste Ministério, tendo em vista que esta Administração não dispõe de força de trabalho suficiente para atender toda demanda.

Afim de atender os critérios e práticas de sustentabilidade na contratação do objeto deste certame, a empresa a ser contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados, desta forma, a empresa vencedora deverá reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e/ou portadores de deficiência, sendo proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

A contratada também deverá comprovar a formação técnica específica dos seus empregados, assegurando-lhes a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

E em relação às situações emergenciais de acidentes, estas devem ser sanadas pela contratada com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, orientando sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança. Além de eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade, sendo de sua responsabilidade a destinação de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

Os valores para custear as despesas desta contratação estão previstas no Planejamento Orçamentário Anual – POA de 2018, PI OPERASFAS.

Com base no exposto acima, a equipe de planejamento declara esta contratação viável e necessária para que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso continue a prestar seus serviços de forma satisfatória.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso – **SFA/MT**

Equipe de planejamento da contratação

Várzea Grande, 06 de agosto de 2018

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável:

Geyslla Queiroz de Souza

Maria Dulce de Moraes Chaves

Ronaldo José Baía

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 8.136,80	**R$ 8.138,76**	**R$ 7.923,74**

Quantidade total de registros: 12
Registros apresentados: 1 a 12

FILTROS APLICADOS

Descrição	UF	Ano da Compra	Esfera
PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO	**MT**	**2018**	**Federal**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00053
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$9.262,70
Valor Unitário do Item: R$ 7.923,74
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM T URNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS VÁRZEA GRANDE. ENV OLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 72591894000304
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

Relatório gerado dia: 03/08/2018 às 10:34
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00055
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$9.152,32
Valor Unitário do Item: R$ 8.002,00
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO E M TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS VÁRZEA GRANDE. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 72591894000304
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00033
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$9.152,32
Valor Unitário do Item: R$ 8.052,00
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO E M TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS RONDONÓPOLIS. E NVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 72591894000304
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00028
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$11.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.138,76
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO E M TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS PONTES E LACERD A. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00047
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$11.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.138,76
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM T URNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SORRISO. ENVOLVEND O 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 6

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00049
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$11.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.138,76
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO E M TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SORRISO. ENVOLV ENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 7

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00012
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$11.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.138,76
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM T URNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS AVANÇADO TANGARÁ D A SERRA. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 8

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$11.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.138,76
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM T URNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS AVANÇADO DIAMANTIN O. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 9

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00026
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$9.006,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.180,00
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO E M TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS JUÍNA. ENVOLVEN DO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 10

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00018
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$9.150,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.190,00
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO E M TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS BELA VISTA. ENV OLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 11

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00059
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$9.260,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.300,00
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM T URNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER À REITORIA. ENVOLVENDO 02 VI GILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 12

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00022
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$9.066,00
Valor Unitário do Item: R$ 8.300,00
Código do CATMAT: 23647
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM T URNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARE CIS. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 9.583,04	**R$ 9.406,68**	**R$ 9.186**

Quantidade total de registros: 22
Registros apresentados: 1 a 22

FILTROS APLICADOS

Descrição	UF	Ano da Compra	Esfera
PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO	**MT**	**2018**	**Federal**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00054
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$21.470,28
Valor Unitário do Item: R$ 9.186,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS VÁRZEA GRANDE. EN VOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 72591894000304
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00034
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$21.249,51
Valor Unitário do Item: R$ 9.222,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS RONDONÓPOLIS. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 72591894000304
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00029
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$12.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.228,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS PONTES E LACER DA. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00060
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$10.735,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.230,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER À REITORIA. ENVOLVENDO 02 V IGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00027
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.460,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.240,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS CAMPUS JUÍNA. ENVOLVENDO 02 VIGILANTE S.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 6

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00019
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.620,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.240,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS BELA VISTA. EN VOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 7

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00006
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.480,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.309,99
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS AVANÇADO LUCAS DO RIO VERDE. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 8

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00023
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$10.515,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.320,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS CAMPO NOVO DO PAR ECIS. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 9

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00050
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$12.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.406,68
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SORRISO. ENVOL VENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 10

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00048
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$12.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.406,68
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SORRISO. ENVOLVEN DO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 11

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00013
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$12.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.406,68
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS AVANÇADO TANGARÁ DA SERRA. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 12

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00004
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$12.000,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.406,68
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS AVANÇADO DIAMANTI NO. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SEGVEL-SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05083119000199
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 13

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00036
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.730,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.440,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SÃO VICENTE. ENVO LVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 14

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00044
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.390,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.568,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SÃO VICENTE - CEN TRO DE REFERÊNCIA DE CAMPO VERDE. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 15

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00016
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.390,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.599,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS BARRA DO GARÇAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE CANARANA. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 16

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00046
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.620,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.618,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SÃO VICENTE - CEN TRO DE REFERÊNCIA DE JACIARA. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 17

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00037
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.624,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.699,90
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS SÃO VICENTE. E NVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 18

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00010
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$10.462,81
Valor Unitário do Item: R$ 9.767,27
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS AVANÇADO SINOP . ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: INTEGRAL SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA
CNPJ/CPF: 33719626000101
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 19

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00032
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$10.400,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.864,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS PRIMAVERA DO LEST E. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: PANTANAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 08282957000180
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 20

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00014
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$10.500,00
Valor Unitário do Item: R$ 9.968,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS BARRA DO GARÇAS. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 21

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00025
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 24
Valor Proposto Unitário: R$10.400,00
Valor Unitário do Item: R$ 10.300,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS CONFRESA. ENVO LVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: PANTANAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 08282957000180
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 22

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2017
Número do Item: 00038
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços terceirizados de natureza contínua de Vigilância, Portaria e Zeladoria para atender ao Campus Alta Floresta e demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: R$11.534,00
Valor Unitário do Item: R$ 11.400,00
Código do CATMAT: 23957
Descrição do Item: PRESTACAO DE SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA - ORGANICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO
Descrição Complementar: POSTO DE VIGILÂNCIA DESARMADA E MOTORIZADA DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA-FEI RA A DOMINGO EM TURNO DE 12X36, TOTALIZANDO 360 HORAS PARA ATENDER AO CAMPUS S ÃO VICENTE. ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO MENSAL
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 25/01/2018

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SECURITY SEGURANCA LTDA
CNPJ/CPF: 00332087000528
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158972 - CAMPUS ALTA FLORESTA IFECT MT
Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

SAG Mato Grosso

Responder a todos |

qui 07/06/2018 10:51

Para: pantanalseguranca@terra.com.br

Você encaminhou esta mensagem em 01/08/2018 16:15

UNIFORMES.pdf
133 KB

M
31

2 anexos (164 KB) Baixar tudo

PREZADA TATIANA,
SEGUEM MODELO PARA ORÇAMENTOS CONFORME CONTATO TELEFÔNICO
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:
- INFORMAR OS PREÇOS POR ITEM, TOTAL DO ITEM E TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA.
- FORNECER ORÇAMENTO A PARTE PARA EQUIPAMENTOS DE RONDA, RADIO, UNIFORMES ALEM DE COLOCAR O VALOR TOTAL NA PLANILHAS NA PARTE DE INSUMOS.
-FAZER UMA PLANILHA PARA O POSTO DIURNO E UMA PARA O POSTO NOTURNO.
-OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS DEVERÃO SER GRAFADOS SOMENTE ATÉ OS CENTAVOS.
-A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER DATADA E ASSINADA E CONTER PRAZO DE VALIDADE.

DESDE JÁ AGRADEÇO.

Geyslla Queiroz de Souza
SAG/DAD/SFA-MT
65 3688-6749/6746

Solicitação orçamento (5190538) SEI 21024.000955/2018-04 / pg. 44

PANTANAL
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA

À Superindendencia Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso

Razão Social		PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA			
CNPJ n.		08.282.957/0001-80		Insc. Est.isento	Insc.Mun.
Endereço:		RUA B QD 10 CASA 10 BAIRRO MIGUEL SUTIL			
Cidade:		Cuiabá MT			
Celulr (65)		84462988	Fax (65)	36445592	
Banco:		BRADESCO		Agência	2793
E-mail: pantanalseguranca@terra.com.br				C/C	15559-4
Telefone (65)		36427589			
Contato da Licitante			MALUZE GONÇALVES		

RESUMO: VALOR MENSAL E ANUAL

LOTE 1

ITEM	ESCALA DE TRABALHO	N.º de postos	Preço mensal do posto	Valor total mensal dos postos	Valor anual dos postos
1	12 horas diurnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (um) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	2	R$ 8.778,52	R$ 17.557,04	R$ 210.684,48
2	12 horas noturnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas. Sede Varzea Grande/MT	2	R$ 9.450,36	R$ 18.900,72	R$ 226.808,64
VALOR GLOBAL MENSAL					R$ 36.457,76
(Quarentta Mil, Vinte e Nove Reais e Cinquenta e Sete Centavos)/Mês					
TOTAL GERAL (VALOR ANUAL)					R$ 437.493,12

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R$ 437.493,12 (Quatrocentos e Oitenta Mil, Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos)/Ano.

(Valor mensal dos serviços x n.º de meses de execução contratual)

Cuiabá/MT, 16 de Julho de 2018

PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 08.282.957/0001-80
Maluze Gonçalves de Queiroz
Sócia Diretora
CPF: 790.992.621-91
RG: 992246 SSP/MT

ANEXO A

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONFORME CONVENÇÃO COLETIVA DA CATEGORIA/2018

Sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – Alameda Annibal Molina, s/n – bairro Alameda – CEP 78.115-901 - Varzea Grande/MT– (NOTURNO)

Nº do Processo: PROCESSO Nº 21024.000955/2018-04

Licitação nº: PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Dia:16/07/2018

DISCRIMINAÇÃO DOS POSTOS

A	Data de apresentação da proposta: (dia/mês/ano)	16/07/2018
B	Município/UF:	VARZEA GRANDE/MT
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	2018
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância Patrimonial	Posto de Serviço mensais	02 posto noturno 12 x 36h; envolvendo 2 vigilantes cada posto

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

ANEXO III A - MÃO-DE-OBRA

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço	Vigilancia Patrimonial
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R$ 1.153,65
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
4	Data base da categoria	janeiro/18

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 - Composição da Remuneração		Quantidade	Valor (R$)
A	Salário Base (categoria)		R$ 1.153,65
B	Adicional Noturno		R$ 163,61
C	DSR sobre adicional noturno		R$ 33,67
D	Adicional de Periculosidade (30% salário - Portaria MTE nº 1885 de 02.12.2013)		R$ 346,10
E	Hora noturna adicional		R$ -
F	DSR sobre hora noturna reduzida		R$ -
G	Adicional de insalubridade		R$ -
H	DSR sobre hora extra 50%		R$ -
I	Adicional feriado 100%		R$ -
J	DSR sobre hora extra 100%		R$ 153,45
L	Intra-Jornada		R$ 31,58
M	DSR sobre hora intra jornada		R$ 1.882,06
	Total da Remuneração		

(*) A inclusão desses itens na Composição da Remuneração dependerá des peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e do Serviço em questão.

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R$)
A - Transporte	R$ 46,28
B - Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R$ 264,60
C - Assistência médica e familiar	R$ -
D - Auxílio creche	R$ 45,00
E - Seguro Saúde (Cláusula 15º da CCT/2017	R$ 90,00
F - Prêmio por Assiduidade	R$ 5,00
G - Programa de Assistencia Social - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA	R$ 450,88
Total de benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS		
		Valor (R$)
3 - Insumos Diversos		R$ 77,61
A - Uniformes		
B - Materiais		R$ 142,31
C - Equipamentos		R$ -
D - Outros (especificar)		R$ 219,92
Total de insumos diversos		
Nota: Valores mensais por empregado.		

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
SUBMÓDULO 4.1.: Encargos Previdenciários e FGTS		
4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R$)
A - INSS	20,00%	R$ 376,41
B - SESI ou SESC	1,50%	R$ 28,23
C - SENAI ou SENAC	1,00%	R$ 18,82
D - INCRA	0,20%	R$ 3,76
E - Salário Educação	2,50%	R$ 47,05
F - FGTS	8,00%	R$ 150,56
G- Seguro acidente do trabalho	3,00%	R$ 56,46
H - SEBRAE (não devido para optantes pelo SIMPLES)	0,60%	R$ 11,29
TOTAL	36,80%	R$ 692,58
Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.		

SUBMÓDULO 4.2.: 13º Salário e Adicional de Férias		
4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R$)
A - 13º Salário		R$ 156,78
B - Adicional de férias		R$ 52,28
Subtotal		R$ 209,06
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		R$ 76,93
TOTAL		R$ 285,99

SUBMÓDULO 4.3.: Afastamento Maternidade		
4.3 - Afastamento Maternidade		Valor (R$)
A - Afastamento maternidade		R$ 1,32
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade		R$ 0,49
TOTAL		R$ 1,81

SUBMÓDULO 4.4.: Provisão para Rescisão		
4.4 - Provisão para Rescisão		Valor (R$)
A - Aviso prévio indenizado		R$ 7,90
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		R$ 0,63
C - Multa do FGTS do (com) aviso prévio indenizado		R$ 83,96
D - Aviso prévio trabalhado		R$ 21,96
E - Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		R$ 8,08
F - Multa do FGTS do (com) aviso prévio trabalhado		R$ 83,64
TOTAL		R$ 91,72

SUBMÓDULO 4.5.: Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.5 - Composição do custo de reposição do profissional ausente		Valor (R$)
A - Férias		R$ 156,78
B - Ausência por doença		R$ 26,14
C - Licença paternidade		R$ 0,39
D - Ausências legais		R$ 26,14
E - Ausência por acidente de trabalho		R$ 1,57
F - Outros (especificar)		R$ -
Sub-total		R$ 211,02
G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente		R$ 77,66
TOTAL		R$ 288,68

65 3642-7589 ou 3644-5592
Email: pantanalseguranca@terra.com.br
Rua P, Qd. 07, Casa 09, Miguel Sutil CEP 78048-345 – Cuiabá / MT

Quadro- Resumo MODULO 4.: Encargos Sociais e Trabalhistas		
		Valor (R$)
4 - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R$	692,58
4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS	R$	285,99
4.2 - 13º Salário + Adicional de Férias	R$	1,81
4.3 - Afastamento maternidade	R$	91,72
4.4 - Custo de rescisão	R$	288,68
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente	R$	-
4.6 - Outros (especificar)	R$	-
TOTAL	R$	1.360,78

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				%		Valor (R$)
A - Custos indiretos				5,00%	R$	205,98
B - Tributos				8,20%	R$	320,92
B.1 - Tributos Federais	PIS 0,57%	COFINS:	2,63%	3,20%	R$	125,24
B.2 - Tributos Estaduais				0,00%	R$	-
B.3 - Tributos Municipais		ISSQN:	5,00%	5,00%	R$	195,68
B.4 - Outros tributos				0,00%	R$	-
C - Lucro				6,78%	R$	284,64
TOTAL					R$	811,54

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

ANEXO III B - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R$)	
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$	1.882,06
B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R$	450,88
C - Módulo 3 - Insumos Diversos (Uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R$	219,92
D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R$	1.360,78
Subtotal A+B+C+D	R$	3.913,64
E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucros	R$	811,54
Valor total por empregado	R$	4.725,18

ANEXO III C - QUADRO-RESUMO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto C)	Valor proposto por posto (D = B X C)	Qde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) X (E)	
I - Serviço de vigilância armada	R$ 4.725,18	2	R$ 9.450,36	1	R$	9.450,36
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					R$	9.450,36

ANEXO III D - QUADRO DEMONSTRATIVO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Descrição		Valor (R$)
A - Valor proposto por unidade de medida*	R$	9.450,36
B - Valor mensal do serviço (02 postos - unidade de medida)	R$	18.900,72
C - Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº de meses do contrato)	R$	226.808,64

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

Cuiabá/MT, 16 de julho de 2018

PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 08.282.957/0001-80
Maluze Gonçalves de Queiroz
Representante legal
CPF: 790.992.621-91
RG: 992246 SSP/MT

Orçamento Pantanal vigilância e segurança (5214466) SEI 21024.000955/2018-04 / pg. 48

ANEXO A

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONFORME CONVENÇÃO COLETIVA DA CATEGORIA/2018

Sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso – Alameda Annibal Molina, s/n – bairro Alameda – CEP 78.115-901 - Varzea Grande/MT - DIURNO

Nº do Processo: 21024.000955.2018-04

Licitação nº: PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Dia: 16/07/2018

DISCRIMINAÇÃO DOS POSTOS

A	Data de apresentação da proposta: (dia/mês/ano)	16/07/2018
B	Município/UF:	VARZEA GRANDE/MT
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	2018
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Vigilância Patrimonial	Posto de Serviço mensais	02 posto diurnos 12 x 36h: envolvendo 2 vigilantes cada posto.

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

ANEXO III A - MÃO-DE-OBRA

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra		Vigilancia Patrimonial
1	Tipo de serviço	R$ 1.153,65
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	Vigilante
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	janeiro/18
4	Data base da categoria	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1 - Composição da Remuneração		Quantidade	Valor (R$)
A	Salário Base (categoria)		R$ 1.153,65
B	Adicional Noturno		R$ -
C	DSR sobre adicional noturno		R$ 346,10
D	Adicional de Periculosidade (30% salário - Portaria MTE nº 1885 de 02.12.2013)		
E	Hora noturna adicional		R$ -
F	DSR sobre hora noturna reduzida		R$ -
G	Adicional de insalubridade		
H	DSR sobre hora extra 50%		R$ -
I	Adicional feriado 100%		
J	DSR sobre hora extra 100%		R$ 153,45
L	Intra-Jornada		R$ 31,58
M	DSR sobre hora intra jornada		R$ 1.684,78
	Total da Remuneração		

(*) A inclusão desses itens na Composição da Remuneração dependerá des peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e do Serviço em questão.

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R$)
A - Transporte	R$ 46,28
B - Auxílio alimentação (Vales, cesta básica, etc.)	R$ 264,60
C - Assistência médica e familiar	
D - Auxílio creche	R$ -
E - Seguro Saúde (Cláusula 15º da CCT/2017	R$ 45,00
E - Seguro Saúde (Cláusula 15º da CCT/2017	R$ 90,00
G - Programa de Assistencia Social - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA	R$ 5,00
Total de benefícios mensais e diários	R$ 450,88

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS		
	Valor (R$)	
3 - Insumos Diversos	R$	36,84
A - Uniformes		
B - Materiais	R$	142,31
C - Equipamentos	R$	-
D - Outros (especificar)	R$	179,15
Total de insumos diversos		

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
SUBMÓDULO 4.1.: Encargos Previdenciários e FGTS			
	%	Valor (R$)	
4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS	20,00%	R$	336,96
A - INSS	1,50%	R$	25,27
B - SESI ou SESC	1,00%	R$	16,85
C - SENAI ou SENAC	0,20%	R$	3,37
D - INCRA	2,50%	R$	42,12
E - Salário Educação	8,00%	R$	134,78
F - FGTS	3,00%	R$	50,54
G- Seguro acidente do trabalho	0,60%	R$	10,11
H - SEBRAE	36,80%	R$	620,00
TOTAL			

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

SUBMÓDULO 4.2.: 13º Salário e Adicional de Férias		
	Valor (R$)	
4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias	R$	140,34
A - 13º Salário	R$	46,80
B - Adicional de férias	R$	187,14
Subtotal	R$	68,87
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	R$	256,01
TOTAL		

SUBMÓDULO 4.3.: Afastamento Maternidade		
	Valor (R$)	
4.3 - Afastamento Maternidade	R$	1,18
A - Afastamento maternidade	R$	0,43
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	R$	1,61
TOTAL		

SUBMÓDULO 4.4.: Provisão para Rescisão		
	Valor (R$)	
4.4 - Provisão para Rescisão	R$	7,08
A - Aviso prévio indenizado	R$	0,57
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	R$	75,16
C - Multa do FGTS do (com) aviso prévio indenizado	R$	19,66
D - Aviso prévio trabalhado	R$	7,23
E - Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	R$	74,88
F - Multa do FGTS do (com) aviso prévio trabalhado	R$	184,58
TOTAL		

SUBMÓDULO 4.5.: Custo de Reposição do Profissional Ausente		
	Valor (R$)	
4.5 - Composição do custo de reposição do profissional ausente	R$	140,34
A - Férias	R$	23,40
B - Ausência por doença	R$	0,35
C - Licença paternidade	R$	23,40
D - Ausências legais	R$	1,40
E - Ausência por acidente de trabalho	R$	-
F - Outros (especificar)	R$	188,89
Sub-total	R$	69,51
G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	R$	258,40
TOTAL		

65 3642-7589 ou 3644-5592
Email: pantanalseguranca@terra.com.br
Rua P, Qd. 07, Casa 09, Miguel Sutil CEP 78048-345 – Cuiabá / MT

PANTANAL
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA

Quadro- Resumo MODULO 4.: Encargos Sociais e Trabalhistas		
4 - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R$)	
4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS	R$	620,00
4.2 - 13º Salário + Adicional de Férias	R$	256,01
4.3 - Afastamento maternidade	R$	1,61
4.4 - Custo de rescisão	R$	184,58
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente	R$	258,40
4.6 - Outros (especificar)	R$	-
TOTAL	**R$**	**1.320,60**

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

				%	Valor (R$)	
5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro				5,00%	R$	191,34
A - Custos indiretos				**8,20%**	**R$**	**298,10**
B - Tributos				3,20%	R$	116,33
B.1 - Tributos Federais	PIS 0,57%	COFINS:	2,63%	0,00%	R$	-
B.2 - Tributos Estaduais				5,00%	R$	181,77
B.3 - Tributos Municipais		ISSQN:	5,00%	0,00%	R$	-
B.4 - Outros tributos				6,78%	R$	264,41
C - Lucro					**R$**	**753,85**
TOTAL						

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

ANEXO III B - QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R$)	
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$	1.684,78
B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R$	450,88
C - Módulo 3 - Insumos Diversos (Uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R$	179,15
D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R$	1.320,60
Subtotal A+B+C+D	**R$**	**3.635,41**
E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucros	R$	753,85
Valor total por empregado	**R$**	**4.389,26**

ANEXO III C - QUADRO-RESUMO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto C)	Valor proposto por posto (D = B X C)	Qde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) X (E)	
I - Serviço de vigilância armada	R$ 4.389,26	2	R$ 8.778,52	1	R$	8.778,52
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					**R$**	**8.778,52**

ANEXO III D - QUADRO DEMONSTRATIVO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
Descrição	Valor (R$)	
A - Valor proposto por unidade de medida*	R$	8.778,52
B - Valor mensal do serviço	R$	8.778,52
C - Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº de meses do contrato)	R$	105.342,24

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

Cuiabá/MT, 21 de Março de 2018

PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 08.282.957/0001-80
Maluze Gonçalves de Queiroz
Representante legal
CPF: 790.992.621-91
RG: 992246 SSP/MT

65 3642-7589 ou 3644-5592
Email: pantanalseguranca@terra.com.br
Rua P, Qd. 07, Casa 09, Miguel Sutil CEP 78048-345 – Cuiabá / MT

MEMÓRIA DE CÁLCULO				
DETALHAMENTO DO CUSTO DO VALE TRANSPORTE				
PERCURSO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABA E VARZERA GRANDE/MT		CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE	QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO	TOTAL
Residência/Local do posto de serviço - escala 12 x 36 - 2ª a domingo		3,85	15	57,75
Local do posto de serviço/Residência - escala 12 x 36 - 2ª a domingo		3,85	15	57,75
TOTAL DO CUSTO POR PROFISSIONAL NA ESCALA DE 12 X 36 de 2ª À DOMINGO - SEM PARTICIPAÇÃO				**115,50**
CATEGORIA DE VIGILANTE	SALARIO BASE	CUSTO DO VALE TRANSPORTE	6% DO SALÁRIO BASE	CUSTO UNITÁRIO DO VALE TRANSPORTE
Serviços de Vigilância na escala 12 x 36 - 2ª a Domingo	1.153,65	115,50	69,22	46,28
TOTAL DO CUSTO POR PROFISSIONAL NA ESCALA DE 12 X 36 de 2ª À DOMINGO - COM PARTICIPAÇÃO				**46,28**
DETALHAMENTO DO CUSTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO				
CATEGORIA DE VIGILANTE	PARTICIPAÇÃO DO VIGILANTE	CUSTO UNITÁRIO	QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO	CUSTO DO UNITÁRIO DO VALE ALIMENTAÇÃO
Serviços de Vigilância na escala 12 x 36 - 2ª a domingo	0,36	18,00	15	264,60
TOTAL DO CUSTO POR PROFISSIONAL NA ESCALA DE 12 X 36 de 2ª À DOMINGO				**264,60**
DETALHAMENTO DO CUSTO DO UNIFORME				
UNIFORME	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	
Camisa	4	56,34	225,36	
Calças	4	55,00	220,00	
Sapato na cor preta	2	78,00	156,00	
Meia - Par	6	12,00	72,00	
Cinto	1	23,00	23,00	
Quepe	1	43,00	43,00	
Japona	1	88,00	88,00	
Capa para chuva/guarda chuva	1	80,00	80,00	
Crachá	2	12,00	24,00	
CUSTO ANUAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				**931,36**
CUSTO MENSAL DO UNIFORME PARA UM PROFISSIONAL				**77,61**
DETALHAMENTO DO CUSTO DOS EQUIPAMENTOS COM ARMAMENTO E MUNIÇÕES				
TIPO DE EQUIPAMENTO	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	
Revolver calibre 38 - depreciação 120 meses	1	3.450,00	28,75	
Munição calibre 38 - depreciação 6 meses	12	8,08	16,16	
Cinto com coldre - depreciação 24 meses	1	70,00	2,92	
Colete a prova de balas - depreciação 60 meses	1	1.200,00	20,00	
Cassetete - depreciação 24 meses	1	32,00	1,33	
Porta cassetete - depreciação 36 meses	1	31,00	0,86	
Livros/caneta - depreciação 3 meses	12	23,00	23,00	
Lanternas de 3 pilhas - depreciação 24 meses	2	32,00	2,67	
Rádio "HT" ou similar	2	450,00	37,50	
Sistema eletrônico de controle de ronda	1	2.440,00	40,67	
Apito com cordão - depreciação 24 meses	1	29,00	1,21	
CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS PARA O POSTO				**175,07**
DETALHAMENTO DO SEGURO SAUDE				
SEGURO SAÚDE		CUSTO UNITÁRIO	QUANTIDADE MENSAL PARA CADA EMPREGADO	TOTAL
Convenção Coletiva de Trabalho		45,00	1	45,00
TOTAL DO CUSTO ANUAL POR PROFISSIONAL				**540,00**
CUSTO MENSAL PARA UM PROFISSIONAL				**R$ 45,00**

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
GRUPO A	**PERCENTUAL**	**EMBASAMENTO**
INSS	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91
SESC	1,50%	Artigo 3º Lei 8.036/90
SENAC	1,00%	Decreto 2.318/86
INCRA	0,20%	Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70
Salário Educação	2,50%	Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82
FGTS	8,00%	Artigo 15 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
Seguro contra os acidente do trabalho/SAT/INSS	3,00%	Decreto 6.042 de 12/02/2007, enquadramento CNAE 80.11-1-01
SEBRAE	0,60%	Artigo 8º Lei 8029/90 e Lei 8154 de 28/12/90
Total Grupo "A"	**36,80%**	
GRUPO B	**PERCENTUAL**	**FORMULA DE CÁLCULO/EMBASAMENTO**
Férias	11,11%	(1/12*(1+1/3)) - Férias + 1/3 - CLT Artigo 130 e CF/88 Artigo 7º § 17º
Auxílio enfermidade (doença)	0,75%	((15/30)/12)*0,18 - média de 15 faltas justificadas através de apresentação de atestado médico ao ano em 18% do efetivo de funcionários
Licença paternidade	0,05%	((5/30)/12*0,035) média de 5 faltas justificadas através de apresentação da certidão de nascimento de filhos vivos ao ano em 3,5% do efetivo de funcionários
Licença maternidade	0,09%	((120/30)/12*0,0027) média de 0,27% do efetivo de funcionários, ingressam com o pedido de licença maternidade
Faltas legais	0,35%	((8/30)/12)*0,158 - média de 8 faltas justificadas ao ano em 15,8% do efetivo de funcionários
Acidente de trabalho	0,38%	((1/30)/12*0,015) - média de 9 faltas justificada ao ano em 1,5% do efetivo de funcionários
Aviso prévio (trabalhado)	0,23%	((7/30))/12)*0,12 - média de 1,2% do efetivo de funcionários que cumprem aviso prévio com horário reduzido de 2 horas diárias
13º salário	8,33%	(1/12) - Lei 4.090/62(Gratificação de natal) e Lei 4.749/65 (13º Salário)
Total Grupo "B"	**21,29%**	
GRUPO C	**PERCENTUAL**	**FORMULA DE CÁLCULO/EMBASAMENTO**
Aviso prévio indenizado	0,08%	((30/30))/12)*0,01 - média de 0,1% do efetivo de funcionários recebem aviso prévio indenizado
Indenização adicional	0,08%	((30/30))/12)*0,01 - média de 0,1% do efetivo de funcionários recebem indenização adicional
Indenização (rescisões s/justa causa)	3,20%	(0,4*0,08) - Artigo 18 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
Multa de 10% - aplicado sobre rescisões sem justa causa	0,80%	(0,10*8%) - Lei Complementar 110/01 - Artigo 1ª
Total Grupo "C"	**4,16%**	
GRUPO D	**PERCENTUAL**	**FORMULA DE CÁLCULO/EMBASAMENTO**
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do	7,83%	Grupo A = 36,80% x Grupo B 21,29%
Total Grupo "D"	**7,83%**	
Total dos Encargos Sociais	**70,08%**	
DESPESAS ADMINISTRATIVA E OPERACIONAIS		
O custo para as despesas administrativa e operacionais englobando supervisão, despesas com material de expediente, luz, água, aluguel, pessoal administrativo, fiscalização, horista para substituição do intervalo para receição/descanso e outros, foi cálculado o percentual sobre o total da mão de obra + insumos, a ser inserido em cada planilha de custos e formação de preços das categorias envolvidas na prestação dos serviços.		
PREVISÃO DE LUCRO DA EMPRESA		
A previsão de lucro da empresa, foi cálculado o percentual sobre o total da mão de obra + insumos), a ser inserido em cada planilha de custos e formação de preços das categorias envolvidas na prestação dos serviços.		
TRIBUTOS		
TIPO DE TRIBUTOS	**PERCENTUAL**	**FORMULA DE CÁLCULO/EMBASAMENTO**
ISSQN - (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza)	5,00%	Aplicado o percentual sobre o valor bruto da nota fiscal
COFINS - (Contribuição para Financiamento da Seguridade	3,00%	Aplicado o percentual sobre o valor bruto da nota fiscal
PIS - (Programa de Integração Social)	0,65%	Aplicado o percentual sobre o valor bruto da nota fiscal
Em cumprimento aos termos do Acórdão 950/2007, item 9.1 do Tribunal de Contas da União, deixamos de incluir o percentual do IRPJ e CSLL, na composição dos preços.		

PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 08.282.957/0001-80
Maluze Gonçalves de Queiroz
Sócia Diretora
CPF: 790.992.621-91
RG: 992246 SSP/MT

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA EM MATO GROSSO								
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Turno/ horário do posto	Quantidade de posto	Salário base da categoria	Valor unitário do empregado/ posto (Painel de Preços)	Valor total estimado mensal do posto	Valor anual do posto
1	1	Posto 12X36 Diurno/12h	Diariamente	2	R$ 1.153,65	R$ 8.136,80	R$ 16.273,60	R$ 195.283,20
	2	Posto 12X36 Noturno/12h	Diariamente	2	R$ 1.153,65	R$ 9.583,04	R$ 19.166,08	R$ 229.992,96
Total valor mensal (diurno + noturno)				R$ 35.439,68				
Total valor anual (diurno + noturno)				4	R$ 425.276,16			

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso – **SFA/MT**

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS/SAG/DAD/SFA-MT

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso – SFA/MT

PREGÃO Nº ...../2018
(Processo Administrativo n.° 21024.000955/2018-04)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de vigilância, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Turno/ horário do posto	Quantidade de posto	Salário base da categoria	Valor unitário do empregado/ posto (Painel de Preços)	Valor total estimado mensal	Valor anual
1	1	Posto 12X36 Diurno/12h	Diaria mente	2	R$ 1.153,65	R$ 8.136,80	R$ 16.273,60	R$ 195.283, 20
	2	Posto 12X36 Noturno/12h	Diaria mente	2	R$ 1.153,65	R$ 9.583,04	R$ 19.166,08	R$ 229.992, 96
	Total valor mensal (diurno + noturno)			4	R$ 35.439,68			
	Total valor anual (diurno + noturno)				R$ 425.276,16			

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do serviço de vigilância visa garantir e proporcionar maior segurança do patrimônio público (instalações, equipamentos e acervo documental da SFA-MT) não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e, em especial garantir a integridade física dos servidores, terceirizados e estagiários.

2.2. Ressalta-se que a contratação dos serviços de vigilância patrimonial visa suprir a lacuna deixada pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de

Vigilância, que já era insuficiente, visto que a SFA-MT conta apenas com 03 (três) servidores em seu quadro de pessoal para o cargo de vigilante e busca com a contratação deste serviço se enquadrar na previsão do art. 1º do decreto nº 2.271/97 que diz:

> **"** Art . 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
>
> § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.
>
> § 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.3. A Superintendência Federal de Agricultura / SFA-MT possui uma extensa área de 64.276 m², com uma entrada principal destinada ao acesso de servidores e terceiros e entradas secundárias e desta forma, a contratação de empresa especializada em vigilância visa não descontinuar este serviço cuja a interrupção poderia comprometer a segurança patrimonial e dos frequentadores da SFA-MT. Devido à esta área de grande extensão será necessária a instalação de sistema eletrônico que permite o controle de vigilantes, bem como o monitoramento de percurso e horários das rondas, a serem pré-definidos. Assim, durante a ronda o sistema registra cada passagem do vigilante em um ponto específico, possibilitando o cumprimento fiel das rondas.

2.4. Os postos de trabalho foram aglutinados em lote único por se tratarem da mesma atividade, pois sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

> "É lícito o agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. Acórdão 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013."

2.5. A pesquisa de preços foi realizada no site do painel de preços das compras governamentais, sendo que apresentamos ainda 1 orçamento coletado com fornecedor local, para complementar este pregão eletrônico.

3. DA SUSTENTABILIDADE

3.1. Afim de atender os critérios e práticas de sustentabilidade na contratação do objeto deste certame, a empresa a ser contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados, desta forma, a empresa vencedora deverá reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e/ou portadores de deficiência, sendo proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

3.2. A contratada também deverá comprovar a formação técnica específica dos seus empregados, assegurando-lhes a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

3.3. E em relação às situações emergenciais de acidentes, estas devem ser sanadas pela contratada com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

3.4. A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, orientando sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança. Além de eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade, sendo de sua responsabilidade a destinação de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O objeto do Termo de Referência é classificado de acordo com o art. 1°, da Lei 10.520, de 2002 como serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos no edital e anexos, sendo a forma de seleção do fornecedor por meio de processo licitatório, modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/93, classificando-se como serviço continuado com dedicação de mão de obra exclusiva, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, sendo que sua interrupção pode comprometer o funcionamento das atividades finalísticas da SFA-MT ou o cumprimento da missão institucional conforme art. 15, IN 05 SEGES, MPDG e encontra amparo legal na Lei nº 10.520, de 07 de julho de

2002; no Decreto nº 5.450 de 31 de Maio de 2005; no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, IN 05/2017 SEGES, MPDG e nas demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, assim como, no que couber, Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.1.1. Os serviços de vigilância armada serão executados ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para: guarda e proteção dos bens móveis e imóveis; fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, e rondas nas áreas.

5.1.2. A execução dos serviços terá início conforme a data de vigência prevista em instrumento de contrato.

5.1.3. Os serviços serão prestados na sede da Superintendência Federal de Agricultura situada na alameda Dr. Aníbal Molina S/Nº - CEP: 78.115-901 – Várzea Grande-MT, de segunda a domingo.

5.1.4. A rendição dos postos acontecerá às 06h00 e às 18h00;

5.1.5. Os serviços deverão ser implementados, com todos os equipamentos, uniforme e apresentação dos vigilantes na forma previstas neste termo em no máximo 3 (três) dias úteis. Sendo que a instalação do sistema de ronda poderá ser prorrogada, a critério e prazo fixado pala administração, e mediante justificativa da contratada, no limite máximo de 10 (dez) dias úteis.

5.2. Os serviços serão prestados como segue, sendo atribuição dos vigilantes:

5.2.1. Manter a guarda da área;

5.2.2. Comunicar imediatamente à SFA-MT, bem como ao responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providencias de regularização necessárias;

5.2.3. Manter afixado em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela SFA/MT e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

5.2.4. Manter sob vigilância e controle a entrada e saídas de pessoa;

5.2.5. Encaminhar a Recepção pessoas não pertencentes aos quadros da SFA/MT;

5.2.6. Prestar auxílio ao pessoal da Recepção;

5.2.7. Conferir a identificação de servidores e visitantes;

5.2.8. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;

5.2.9. Observar a movimentação nas mediações da SFA/MT, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida pela Administração, bem como as que entender oportunas;

5.2.10. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

5.2.11. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, registrando dia e hora; inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

5.2.12. Controlar o fluxo de trânsito na saída da SFA/MT, a fim de que sejam evitados acidentes;

5.2.13. Reter autorizações e fiscalizar materiais que são retirados das dependências do prédio;

5.2.14. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas em saídas de pessoas em veículo ou a pé;

5.2.15. Repassar para o(s) vigilante (s) que está(ao) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

5.2.16. Comunicar a SFA/MT, todo acontecimento entendido como irregular e possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

5.2.17. Colaborar com as Policias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

5.2.18. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matricula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.

5.2.19. Controlar o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados a SFA/MT;

5.2.20. Proibir a aglomeração de pessoas junto a imediações da sede, comunicando o fato SFA/MT;

5.2.21. Proibir atividade comercial nas imediações da SFA/MT que implique ou ofereça risco a segurança dos serviços e das instalações;

5.2.22. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.2.23. Executar a(s) rondas(s) diárias(s) conforme a orientação recebida da administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providencias necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

5.2.23.1. A ronda será realizada por meio da instalação de sistema eletrônico de ronda com pelo menos 04 (quatro) pontos de leitura, com rondas estabelecidas a cada hora durante o expediente e após o encerramento do expediente, bem como nos finais de semana;

5.2.23.2. Os vigilantes deverão ter acesso a comunicação via rádio "HT" ou similar que possibilite o contato rápido e direto entre postos de trabalho.

5.2.23.3. Os rádios comunicadores deverão ser substituídos imediatamente se apresentarem falhas, mal funcionamento e/ou qualquer outro tipo de problema que impeça a boa comunicação entre os vigilantes.

5.2.24. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, assumindo o posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

5.2.25. Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

5.2.26. Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

5.2.27. Deixar o posto somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado a chefia sobre a emergência;

5.2.28. Fiscalizar a entrada e saída de equipamentos nas instalações, identificando o Registro Patrimonial (RP), Nº. de serie do equipamentos, características e acessórios, e conferir a devida Autorização de Saída do Equipamento pelo responsável ;

5.2.29. Fiscalizar a entrada e saída de carros, anotando as placas do carro e nome do condutor.

5.2.30. Fiscalizar/ Controlar o fluxo de pessoas fora do horário de expediente, registrando o fato, com todos os detalhes, livro próprio;

5.2.31. Realizar vistoria das salas da sede da SFA/MT após o horário de expediente, registrando a ocorrência de luzes ou equipamentos ligados, bem como salas abertas

5.2.32. Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pela Contratante e desligar quando não houver necessidade de iluminação.

5.2.33. Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

5.2.34. Verificar na ocasião da vistoria dos ambientes a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados;

5.2.35. Quando necessário, acompanhar e revistar a saída de lixo e entulhos; responder, junto à contratada, pelos bens patrimoniais da contratante, que estiverem sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento.

5.2.36. Proceder hasteamento e arriamento das Bandeiras quando solicitado pela Administração.

5.2.37. Sempre que necessário a rotina dos serviços será alterada pela CONTRATANTE e deverão ser cumpridos pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

5.2.38. A Licitante Vencedora deverá indicar um representante para acompanhar a execução dos serviços, o qual também exercerá as atribuições de preposto da empresa junto a SFA/MT, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, comparecendo ao local sempre que for solicitado.

5.2.39. Os dados qualificadores do preposto, o telefone de contato (fixo e celular), para que o mesmo seja acionado pela contratante sempre que necessário, deverão ser disponibilizados pela empresa à SFA-MT.

5.2.40. O preposto deverá se apresentar em reuniões na sede da SFA/MT, e deverá manter contato com o fiscal do contrato, sempre que necessário ao bom andamento do contrato.

5.2.41. O preposto deve atender prontamente a quaisquer solicitações do fiscal do contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados

5.2.42. São atribuições do preposto, dentre outras:

a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
b) Acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da CONTRATADA;
c) Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;
d) Enviar substituto no caso de falta de algum funcionário, e encaminhá-lo ao posto de trabalho;
e) Comparecer nas reuniões pré-agendadas com o fiscal do contrato. Sendo a previsão de reuniões semanais ou quinzenais, a depender da necessidade de organização das atividades prestadas;
f) Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da CONTRATADA, todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da SFA/MT, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;
g) Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
h) Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
i) Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
j) Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
k) Encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
l) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;
m) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo perante à SFA/MT, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

5.2.43. Não poderão ser nomeados prepostos os vigilantes já alocados nos postos

objeto deste termo, pois isso afetaria a qualidade na prestação de serviços e diminuiria o tempo destinado às atividades contratadas.

5.2.44. A empresa contratada é a responsável pelo controle da prestação de serviços e deverá efetuar a reposição da mão de obra no posto, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

5.2.45. A ausência de prestação de serviço além de ser deduzida das notas fiscais mensais o valor proporcional as horas e minutos de serviços não prestados, calculado sobre valor do respectivo posto de trabalho, implica em multa e configura inexecução parcial do contrato.

5.2.46. A CONTRATADA deverá informar, expressa e antecipadamente, à FISCALIZAÇÃO, qualquer substituição dos vigilantes que efetuar por motivos de faltas, doenças, licenças, férias etc;

5.2.47. Será exigido para a apresentação do vigilante substituto os mesmos documentos dos funcionários lançados no Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP da empresa, ou seja, o rol obrigatório de documentação para apresentação de prestador de serviço.

5.2.48. A Contratada é responsável por eventuais pagamentos de hora extra em possíveis atrasos para troca de turno, devendo a mesma zelar para que tal fato não se torne rotina na prestação dos serviços.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.1.1. Os profissionais alocados deverão possuir treinamento especifico, com registro nos órgãos competentes, sem ônus para Administração

6.1.2. A CONTRATADA deverá comprovar a formação técnica especifica da mão- de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

6.1.3. Os vigilantes a serem alocados nos postos de serviço da SFA/MT deverão estar com os exames médicos e psicotécnico em dia, bem como o curso de formação , extensão e reciclagem dentro do prazo de validade, de acordo com a Portaria nº 387/2006 – DG/DPF, de 18 de agosto de 2006, alterada pela errata publicada no D.O.U nº 190, seção 1 pg 27, de 03 de outubro de 2006, pela Portaria n. 515, de 28 de novembro de 2007, pela portaria nº 358 de 19 de junho de 2009, pela portaria nº 408 de 15 de junho de 2009 pela portaria n. 781, de 18 de janeiro de 2010 portaria nº 1670,de 20 de outubro de 2010.

6.1.1. A licitante deverá preencher a “Planilha de Custos e Formação de Preços” (Em anexo neste Termo de Referência) e deverá preencher também a Proposta de Preços (Em anexo neste Termo de Referência), observados os custos efetivos e demais adaptações específicas da categoria.

6.1.2. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte (se houver), alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

6.1.3. A remuneração a ser cotada pela empresa licitante em sua proposta não poderá ser inferior ao piso salarial da categoria constate em convenção coletiva de Trabalho da categoria, vigente a partir de 1 de janeiro de 2018.

6.1.4. A média dos preços estimados do item que compõe o grupo e do valor total da contratação, levantados por meio de pesquisa de preços deverão ser considerados como valores máximos para aceitação das propostas dos licitantes. O valor estimado da contratação conforme a média de pesquisa de mercado no site do painel de preços é de R$ 35.439,68 mensal e de R$ 425.276,16 anual.

6.1.5. O valor do vale alimentação será o estipulado de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vigente a partir de 1 de janeiro de 2018, por dia efetivamente trabalhado.

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.1.1. A futura contratada deverá disponibilizar pessoal com a capacitação exigida para o referido posto de trabalho.

7.1.2. Os profissionais a serem disponibilizados deverão ter as habilidades abaixo que serão requisitos para avaliar a produtividade dos profissionais e o nível de qualidade de execução do contrato:

7.1.2.1. Pontualidade no trabalho;

7.1.2.2. Capacidade de iniciativa;

7.1.2.3. Dedicação e presteza no trabalho desenvolvido;

7.1.2.4. Urbanidade com o cliente interno e externo;

7.1.2.5. Responsabilidade e disciplina em suas condutas;

7.1.2.6. Capacidade de comunicar-se com fluência;

7.1.2.7. Assiduidade;

7.1.2.8. Capacidade de executar com eficácia as atividades previstas;

7.1.2.9. Desenvoltura no atendimento ao público.

7.1.2.10. Cumprimento das tarefas em prazo aceitável ao bom andamento da rotina operacional.

7.2. A produtividade da prestação do serviço para efeito de pagamento será avaliada pelo fiscal do contrato observando o disposto no edital e anexos e considerando os dias efetivamente trabalhados.

7.3. A prestação dos serviços em desconformidade com as cláusulas contidas no edital e em seus anexos poderá acarretar a substituição do profissional disponibilizado pela contratada, notificação à empresa contratada, redimensionamento no pagamento, penalidades e/ou rescisão unilateral do contrato conforme o caso.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1. Disponibilizar pessoal capacitado e treinado para exercer as atividades com presteza.

8.1.2. Cumprir com as obrigações previstas no edital e anexos.

8.1.3. Obedecer aos critérios e práticas de sustentabilidade.

8.1.4. Prestar o serviço continuamente por 12 meses com possibilidade de prorrogação por até 60 meses.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997., o qual, tendo como parâmetro o objeto e os resultados previstos no contrato:

9.1.1. Instruirá quanto ao início da execução contratual.

9.1.2. Será responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização;

9.1.3. Registrará as ocorrências e adotará providências para o seu regular cumprimento.

9.1.4. Estabelecerá os meios de comunicação entre a contratante e a contratada.

9.1.5. Poderá solicitar informações ou documentos para averiguar o cumprimento das obrigações legais por parte da contratada.

9.2. A aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será por posto de trabalho calculado pelo valor mensal do posto de trabalho, considerando os dias efetivamente trabalhado, conforme planilha de custos e formação de preços anexa a este termo de referência.

9.3. A aferição do resultado será feita por meio de instrumento de medição de resultado –IMR, anexo ao edital, preferencialmente por meio de ferramentas informatizadas para verificação de resultado, quanto a qualidade pactuada.

9.4. A contratada procederá a indicação de preposto para representá-la na execução do contrato e instruirá seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

9.5. As informações referentes ao pagamento, prestação da garantia de execução e conta-vinculada estão previstas no edital.

10. UNIFORMES

10.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos subitens seguintes:

10.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- Calça
- Camisa de mangas compridas e curtas
- Cinto de Nylon
- Meias
- Quepe ou boné com emblema
- Jaqueta de frio ou japona
- Capa de chuva
- Crachá

10.3. O uniforme deverá estar de acordo com o previsto na Lei 7102, de 20 de junho de 1983 e Portaria nº 387/2006 – DG/DPF, de 28 de agosto de 2006, alterada pela Errata publicada no D.O.U nº 190, seção 1, pg.27, de 03 de outubro de 2006, pela Portaria n. 515, de 28 de novembro de 2007, pela portaria nº 358, de 19 de junho de 2009, pela Portaria nº 408, de 15 de junho de 2009, pela Portaria n. 781, de 18 de janeiro de 2010, Portaria nº1670, de outubro de 2010.

10.4. Os uniformes deverão ser entregues aos profissionais mediante recibo (ralação nominal, impreterivelmente assinada e datada por cada profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferencia, deverá ser enviada a fiscalização do contrato.

10.4.1. 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

10.4.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

10.5. Os uniformes deverão caracterizar-se por serem confortáveis, dotado de acabamento perfeito, duráveis, feito de material de alta qualidade, ajuste adequado ao corpo do usuário, design formal e elegante.

10.6. Deverão possuir a logomarca discreta da empresa em bordado, que não estraguem a serem colocados em maquinas de lavar roupa, nem quando submetidos a ferro a passar.

10.7. Os uniformes deverão ser fornecidos nos prazos e quantidades previstos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria.

10.8. Caso o uniforme esteja em más condições de uso deverá ser substituído**.** Será considerado como más condições de uso, o uniforme que apresente umas das características: rasgado, desfiado ou manchado. Caso o uniforme se encontre nesse estado a empresa deve fornecer imediatamente outro uniforme.

10.9. O funcionário não poderá, em hipótese nenhuma exercer suas funções sem uniforme, crachá e equipamentos previstos neste **item.**

10.10. O crachá deverá conter identificação do funcionário, função, foto atual digitalizada, nome da empresa e demais dados que a contratada julgar necessário para identificar seu funcionário. O material deverá ser em PVC ou material de qualidade superior,3x4, em cores, cordão personalizado com emblema da empresa e argola com jacaré de alça.

11. Dos equipamentos:

11.1. Durante a execução dos serviços de vigilâncias, os funcionários deverão portar os seguintes equipamentos:

11.1.1. Revolver calibre 38;
11.1.2. Coldre e baleiro;
11.1.3. Munição calibre 38;
11.1.4. Cassetete;
11.1.5. Porta Cassetete
11.1.6. Apito com cordão
11.1.7. Lanterna
11.1.8. Livro de Ocorrência

11.2. Todos os equipamentos descritos acima devem estar em perfeitas condições de utilização, sendo substituídos assim que apresentarem defeitos;

11.3. A CONTRATADA deverá apresentar a administração a relação de armas e copias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizadas pela mão de obra nos postos no ato da assinatura do Contrato;

11.4. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos no momento da implantação dos Postos;

11.5. A munição fornecida pela contratada aos vigilantes deverão ser de procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições carregadas.

11.6. Devera ainda ser disponibilizado e instalado na sede da SFA/MT sistema eletrônico de controle de ronda que permita no mínimo:

A. Configurar o sistema e coletar dados de acordo com as necessidades da SFA/MT
B. Definição de pontos de ronda
C. Cadastro de vigilantes
D. Cadastro de sequência, pontos e horários para rondas:
   - Por vigilante
   - Por equipamento
   - Por ponto de ronda
   - Por período

F. O sistema deverá ser composto de no mínimo:
   - Bastão de leitura
   - Software de gerenciamento
   - Mínimo de 04 (seis) pontos de leitura com fixadores
   - Cabo de conexão
   - Bateria recarregável.

11.7. Os rádios comunicadores deverão ter as seguintes especificações mínimas
   - Alcance mínimo 9 km para locais abertos
   - Alimentação por bateria recarregável
   - Carregador incluso
   - Suporte para cinto
   - Bivolt
   - Mínimo de 10 canais de frequência

11.8. Os rádios podem ser substituídos por equipamentos similares como aparelhos de celular que permitam a comunicação entre os vigilantes.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Cumpre ao fiscal do contrato comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias. De igual modo, devem ser realizadas comunicações ao Ministério do Trabalho acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos trabalhadores terceirizados (Ac. TCU 1214/2013-Plenário).

12.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.5. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

12.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.8.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.9. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.9.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.9.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.9.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.10. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017:

13.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

13.11. Substituir, no prazo de até 24 horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.12.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.13. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.14. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.14.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.15. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.16. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.18. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.19. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.19.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.19.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.19.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.20. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.21. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.21.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.21.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que

tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.21.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.25. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.26. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.26.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.28. Os empregados terceirizados ficam sujeitos às disposições do Código de Conduta Ética dos Agentes do MAPA, PORTARIA Nº 249, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do

contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. **As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.**

16.2. **O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:**

I. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V. ***Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.***

16.3. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique

assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.5. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

A. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
   i. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
   ii. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
   iii. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

B. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
   i. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
   ii. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
   iii. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
   iv. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

C. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
   i. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
   ii. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

iii. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

iv. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

v. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

D. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

i. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

ii. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

iii. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

iv. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.6. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.7. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.8. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.6 acima deverão ser apresentados

16.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

16.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.12. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.13. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.13.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

i. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
ii. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
iii. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
iv. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos

16.13.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicaf;
d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.13.3. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho

16.14. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de

seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.14.3. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.15. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.15.3. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.16. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.17. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.18. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.20.3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.24. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.25. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.26. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.27. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.28.3. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.28.4. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.28.5. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.29. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.30. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização.

18.2.1. Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.

18.2.2. Ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior.

18.2.3. Será elaborado relatório circunstanciado, com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.2.3.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

18.3.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

18.3.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

19.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

19.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

19.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.3.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.3.2. **Multa de**:

19.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.3.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.4 As sanções previstas nos subitens 19.3.1, 19.3.3, 19.3.4 e 19.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18. 6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Várzea Grande, 06 de agosto de 2018

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável:

Geyslla Queiroz de Souza

Maria Dulce de Moraes Chaves

Ronaldo José Baía

Anexo I-
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo:
Licitação Nº:___/_____

Dia___/__/_____às __:____horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	VARZEA GRANDE-MT
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2018
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	**Unidade de Medida**	**Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)**
VIGILANCIA PATRIMONIAL	POSTO SERVICO MENSAIS	01 POSTO DIURNOS 12X36: ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.

1. MÓDULO		
MÃO DE OBRA		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serv. com características distintas) VIG.PATRIMONIAL	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) 01 DE JANEIRO/18	
1	**Composição da Remuneração**	**Valor (R$)**
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	

G	DSR – INTRA-JORNADA		
Total			
	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**		**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
Total			
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
Total			
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**		**Valor (R$)**
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Seguro Saúde		
D E	Prêmio de Assiduidade Programa de A		
E	Programa de Assistencia Social – CLÁUSULA VIG.QUARTA/CCT/2018		
Total			

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

3	**Provisão para Rescisão**	**Valor (R$)**
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	

C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	**Ausências Legais**	**Valor (R$)**
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Ausencia Por Doença	
F	SUB-TOTAL	
G	Incidência submódulo:2.2 sobre o custo de reposição do prof.ausentes	
Total		

4.2	**Intrajornada**	**Valor (R$)**
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	**Custo de Reposição do Profissional Ausente**	**Valor (R$)**
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intrajornada	
Total		

5	**Insumos Diversos**	**Valor (R$)**
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos (radio, Sistema de Ronda e outros)	
D	Outros (especificar)	
Total		

6	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS-,57 ;COFINS-2,63)		

	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

1	QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	**Valor (R$)**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

Anexo II – modelo da apresentação da proposta

À SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO
NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
CEP:
TELEFONE:
EMAIL:

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	QDE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Posto de vigilante 12x36, diurno, Segundo a Domingo	Posto	2			
Posto de vigilante 12x36, noturno, segunda a Domingo	Posto	2			
TOTAL ANUAL					

Local e data:

Assinatura e carimbo do representante da empresa

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal da Agricultura, PONTE NOVA - Bairro Alameda, Cuiabá/MT, CEP 78115901
Telefone: (65) 3688-6749 e Fax: - http://www.agricultura.gov.br

Várzea Grande (MT), 09 de agosto de 2018

Assunto: Estudo preliminar, termo de referência e mapa de riscos.

Referência: Assinatura Digital referente documentos5190457,52151285215159 5214527

O Presente documento tem por objetivo assinar os documentos supra citados.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **GEYSLLA QUEIROZ DE SOUZA**, **Chefe da Seção de Atividades Gerais**, em 10/08/2018, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DULCE DE MORAES CHAVES**, **Chefe do Setor de Compras e Contratos**, em 10/08/2018, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE RONALDO BAIA**, **Chefe Substituto da DAD-MT**, em 13/08/2018, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 14/08/2018, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5214581** e o código CRC **4F4B48CC**.

Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04 SEI nº 5214581

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SECAO DE ATIVIDADES GERAIS-SFA-MT

Delegacia Federal da Agricultura - (65) 3688-6749

CEP 78115901 - Cuiabá - MT

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	VARZEA GRANDE-MT
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2018
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço	**Unidade de Medida**	**Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)**	
VIGILANCIA PATRIMONIAL	POSTO SERVICO MENSAIS	01 POSTO DIURNOS 12X36: ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.	

1.MÓDULO	
MÃO DE OBRA	
Mão de obra vinculada à execução contratual	
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serv. com características distintas) VIG.PATRIMONIAL

2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional R$ 1,153,65	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) VIGILANTE	

5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) 01 DE JANEIRO/18		
1	**Composição da Remuneração**		**Valor (R$)**
A	Salário-Base		R$ 1.153,65
B	Adicional de Periculosidade		R$ 346,10
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		R$ 81,78
G	DSR – INTRA-JORNADA		R$ 153,45
Total			R$ 1.734,98
	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2.1	**13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**		**Valor (R$)**
A	13º (décimo terceiro) Salário		R$ 144,52
B	Férias e Adicional de Férias		R$ 48,23
Total			R$ 192,75
2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	INSS	20,00%	R$ 347,00
B	Salário Educação	2,50%	R$ 43,37
C	SAT		R$ 52,05
D	SESC ou SESI	1,50%	R$ 26,02
E	SENAI - SENAC	1,00%	R$ 17,35
F	SEBRAE	0,60%	R$ 10,41
G	INCRA	0,20%	R$ 3,47
H	FGTS	8,00%	R$ 138,80
Total			R$ 638,47
2.3	**Benefícios Mensais e Diários**		**Valor (R$)**

A	Transporte	R$ 46,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R$ 264,00
C	Seguro Saúde	R$ 45,00
D E	Prêmio de Assiduidade Programa de A	R$ 90,00
E	Programa de Assistencia Social – CLÁUSULA VIG.QUARTA/CCT/2018	R$ 5,00
Total		R$ 450,00

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	**Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R$ 192,75
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 638,47
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 450,00
Total		R$1.281,22

3	**Provisão para Rescisão**	**Valor (R$)**	
A	Aviso Prévio Indenizado	R$ 7,29	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R$ 0,58	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R$ 77.40	
D	Aviso Prévio Trabalhado	R$ 20,24	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R$ 7,45	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R$ 77,11	
Total		R$ 190,07	

	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
	4.1	**Ausências Legais**	**Valor (R$)**
	A	Férias	R$ 144,52
	B	Ausências Legais	R$ 24,10

	C	Licença-Paternidade	R$ 0,36
	D	Ausência por acidente de trabalho	R$ 1,45
	E	Ausencia Por Doença	R$ 24,10
	F	SUB-TOTAL	R$ 194,53
	G	Incidência submódulo:2.2 sobre o custo de reposição do prof.ausentes	R$ 71,59
	Total		R$ 266,12
	4.2	**Intrajornada**	**Valor (R$)**
	A	Intervalo para repouso ou alimentação	
	Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

	4	**Custo de Reposição do Profissional Ausente**	**Valor (R$)**
	4.1	Ausências Legais	R$ 266,12
	4.2	Intrajornada	----------
	Total		R$ 266,12

	5	**Insumos Diversos**		**Valor (R$)**
	A	Uniformes		R$ 36,84
	B	Materiais		
	C	Equipamentos		R$ 142,31
	D	Outros (especificar)		
	Total			R$ 179,15
	6	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
	A	Custos Indiretos	0,80	R$ 30,04
	B	Lucro	0,68	R$ 25,50
	C	Tributos		
		C.1. Tributos Federais (PIS-,57 ;COFINS-2,63)	3,20	R$ 119,20
		C.2. Tributos Estaduais (especificar)		

		C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00	R$ 186,25
	Total			R$ 360,99
	1	QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
		Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		**Valor (R$)**
	A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R$ 1.734.98
	B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R$ 1.281,22
	C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R$ 190,03
	D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R$ 266,12
	E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R$ 179,15
	Subtotal (A + B +C+ D+E)			R$ 3.651,50
	F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R$ 360,99
	Valor Total por Empregado/ posto			R$ 4.012,49 / 8.024,98

RODAPÉ: Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04 SEI nº 5214839

Documento assinado eletronicamente por **JOSE RONALDO BAIA**, **Chefe Substituto da DAD-MT**, em 13/08/2018, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 14/08/2018, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5214839** e o código CRC **5C6F8A93**.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SECAO DE ATIVIDADES GERAIS-SFA-MT

Delegacia Federal da Agricultura - (65) 3688-6749

CEP 78115901 - Cuiabá - MT

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	VARZEA GRANDE-MT
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2018
D	Número de meses de execução contratual:	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço	**Unidade de Medida**	**Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)**	
VIGILANCIA PATRIMONIAL	POSTO SERVICO MENSAIS	01 POSTO NOTURNO 12X36: ENVOLVENDO 02 VIGILANTES.	

Mão de obra vinculada à execução contratual	
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serv. com características distintas) VIG.PATRIMONIAL

	2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
	3	Salário Normativo da Categoria Profissional R$ 1,153,65

	4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) VIGILANTE	
	5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) 01 DE JANEIRO/18	
	1	**Composição da Remuneração**	**Valor (R$)**
	A	Salário-Base	R$ 1.153,65
	B	Adicional de Periculosidade	R$ 346,10
	C	Adicional de Insalubridade	
	D	Adicional Noturno	R$ 163,61
	E	Adicional de Hora Noturna	R$ 102,30
	F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	R$ 81,78
	G	DSR – INTRA-JORNADA	R$ 153,45
	Total		R$ 2.000,89

	2.1	**13° (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**	**Valor (R$)**
	A	13° (décimo terceiro) Salário	R$ 166,67
	B	Férias e Adicional de Férias	R$ 55,58
	C	Sub-total	R$ 222,25
	D	Incidencia Submódulo 2.2 sobre 13° e adicional de férias	R$ 81,79
	Total		R$ 304,04

	2.2	**GPS, FGTS e outras contribuições**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
	A	INSS	20,00%	R$ 400,18
	B	Salário Educação	2,50%	R$ 50,02
	C	SAT		R$ 60,03
	D	SESC ou SESI	1,50%	R$ 30.01
	E	SENAI - SENAC	1,00%	R$ 20,01
	F	SEBRAE	0,60%	R$ 12,01
	G	INCRA	0,20%	R$ 4,00
	H	FGTS	8,00%	R$ 160,07

	Total		R$ 736,33

	2.3	**Benefícios Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
	A	Transporte	R$ 46,00
	B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R$ 264,00
	C	Seguro Saúde	R$ 45,00
	D E	Prêmio de Assiduidade Programa de A	R$ 90,00
	E	Programa de Assistencia Social – CLÁUSULA VIG.QUARTA/CCT/2018	R$ 5,00
	Total		R$ 450,00

	2	**Quadro-resumo Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**	**Valor (R$)**
	2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R$ 304,04
	2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R$ 736,33
	2.3	Benefícios Mensais e Diários	R$ 450,00
	Total		R$1.490,37

3	**Provisão para Rescisão**	**Valor (R$)**
A	Aviso Prévio Indenizado	R$ 8.40
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R$ 0,67
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R$ 89,26
D	Aviso Prévio Trabalhado	R$ 23,34
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R$ 8,59
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R$ 88,93
Total		R$ 219,19

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4	**Custo de Reposição do Profissional ausente**	

4.1	Ausências Legais	Valor (R$)
A	Férias	R$ 166,67
B	Ausências Legais	R$ 27,79
C	Licença-Paternidade	R$ 0,42
D	Ausência por acidente de trabalho	R$ 1,67
E	Ausencia Por Doença	R$ 27,79
F	SUB-TOTAL	R$ 224,34
G	Incidência submódulo:2.2 sobre o custo de reposição do prof.ausentes	R$ 82,56
Total		R$ 306,90

4.2	Intrajornada	Valor (R$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

4	Quadro resumo Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R$)
4.1	Ausências Legais	R$ 306,90
4.2	Intrajornada	----------
Total		R$ 306,90

5	Insumos Diversos	Valor (R$)
A	Uniformes	R$ 36,84
B	Materiais	
C	Equipamentos	R$ 142,31
D	Outros (especificar)	
Total		R$ 179,15

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R$)
A	Custos Indiretos	5,00	R$ 216,76
B	Lucro	5,60	R$ 244,31
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS-,57		

	;COFINS-2,63)	3,20	R$ 131,79
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00	R$ 205,92
Total			R$ 798,78

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	**Valor (R$)**
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R$ 2.000.89
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R$ 1.490,37
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R$ 219,19
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R$ 306,90
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R$ 179,15
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R$ 4.196,50
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R$ 798,78
Valor Total por Empregado/ valor do posto		R$ 4995,28 /9990,56

Documento assinado eletronicamente por **JOSE RONALDO BAIA**, **Chefe Substituto da DAD-MT**, em 13/08/2018, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 14/08/2018, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5215011** e o código CRC **AE877C55**.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso – **SFA/MT**

Equipe de planejamento da contratação

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DE FORNECEDOR						
	RISCO	**PROBABILIDADE**	**IMPACTO**	**DANO/CONSEQUÊNCIAS**	**GERENCIAMENTO/CONTROLES**	**RESPONSÁVEL (IS)**
1	Demora na conclusão do processo licitatório em face de impugnação de recursos	Alta	Médio	Atraso no processo de contratação	Priorização na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação.	Pregoeiro e Equipe de Apoio de Licitação.
2	Licitação Deserta ou Fracassada	Baixa	Alto	Inviabilidade de Competição	Atribuir nova numeração ao Edital e relançá-lo, avaliando os motivos que levaram ao fracasso ou deserção da licitação anterior, revendo atos eventualmente praticados, refazendo orçamentos ou melhorando especificações técnicas, se for o caso, no intuito de evitar novo fracasso do certame.	Pregoeiro e Equipe de Apoio de Licitação, setor requisitante.
3	Inclusão de cláusulas no edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes.	Baixa	Médio	Restrição ao caráter competitivo do certame. Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital; Atraso na contratação e no atendimento das necessidades do órgão.	Exigir condições de habilitação adequadas à lei e à jurisprudência (especificações precisas, evitando-se aquelas excessivas e desnecessárias, atestados de solidariedade, e todas as exigências que impliquem dispêndios antes da licitação). Utilizar as minutas disponibilizadas pela AGU.	Pregoeiro e Equipe de Apoio de Licitação, setor requisitante.

4	Descumprimento de dispositivos legais básicos no certame licitatório.	Médio	Alto	Restrição ao caráter competitivo do certame. Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital; Atraso na contratação e no atendimento das necessidades do órgão.	Fixação de prazo para que a SFA-MT adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, procedendo à anulação do respectivo processo, sem prejuízo de determinação tendente ao aperfeiçoamento de futuras convocações. Utilizar as minutas disponibilizadas pela AGU.	Pregoeiro e Equipe de Apoio de Licitação, setor requisitante.
5	Não validação (realização) do Termo de Referência pelo Requisitante.	Baixa	Médio	Contratação de serviços que não atendem às necessidades.	Conferência de Check List para garantir o cumprimento da Etapa.	Setor Requisitante
6	Termo de Referência inadequado, insuficiente, genérico.	Médio	Alto	Impossibilidade de aplicação de penalidades devido a cláusulas genéricas. Impossibilidade de induzir o contrato a voltar à normalidade em caso de desconformidade na execução.	Realização levantamentos (Estudos Técnicos) preliminares que servirão de base para a elaboração do termo de referência. Utilizar a minuta do TR disponibilizada pela AGU.	Setor Requisitante
7	Contratação de menos postos de trabalho do que o necessário.	Alta	Alto	Prejuízo à qualidade dos serviços contratados. Não atendimento à necessidade que originou a contratação.	Fazer uma análise histórica, com a estimativa adequada dos tipos e quantidades dos postos de trabalho.	Setor Requisitante

8	Contratação de mais postos de trabalho do que o necessário	Baixa	Alto	Onerar desnecessariamente o contrato. Desperdício de recursos financeiros.	Realizar método adequado de estimativa. Estabelecer mecanismos de controle gerencial acerca da quantidade e tipos de postos de trabalho empregados nos contratos, a fim de subsidiar a estimativa para futuras contratações.	Setor Requisitante
9	Ausência da descrição do serviço.	Baixa	Alto	Contratação de serviços que não atendam às necessidades.	Padronização de nível de descrição necessário para a homologação do item no catálogo.	Setor Requisitante
10	Planilha de Custos com erros.	Baixa	Alto	Problemas na Repactuação. Onerar desnecessariamente o contrato. Desperdício de recursos financeiros	Fiscal de Contrato também analisar a Planilha de Custos. Capacitar os responsáveis pela composição da Planilha de Custos através de cursos.	Setor Requisitante e Fiscal de Contrato
11	Pesquisa de preços de mercado insuficiente ou sem um composto de preços diversificado (uma única fonte de preços).	Médio	Alto	Contratação do serviço com valor acima do preço de mercado.	Conferência de Check List para garantir o cumprimento da etapa. Utilizar nova ferramenta de pesquisa conforme IN 05/2017: Painel de Preços.	Setor Requisitante
12	Modelo de execução do objeto que contempla remuneração pela mera alocação de posto de	Baixa	Alto	Desperdício de recursos públicos. Não atendimento à necessidade que originou a contratação.	Especificar, no Termo de Referência, sanções administrativas que a empresa estará sujeita caso não cumpra os termos do contrato.	Setor Requisitante

	trabalho ou mera disponibilidade de serviços.					
13	No processo de aprovação pela assessoria jurídica, de minutas do instrumento convocatório e seus anexos: avaliação de itens com baixo risco de ilegalidade e não avaliação de outros com alto risco de ilegalidade.	Média	Médio	Ineficiência e repetição de erros (e.g, erros já detectados com outros certames e não examinados).	Sistematização sobre o que deve ser verificado na avaliação de legalidade executada pela assessoria jurídica (pareceres elaborados ad hoc- cada um verificando um conjunto de aspectos potencialmente diferentes). Utilizar as minutas disponibilizadas pela AGU.	Setor Requisitante; Equipe de Apoio de Licitação.
14	Na seleção do fornecedor responsável pela seleção (Pregoeiro): executa em maior grau de detalhe procedimentos com baixo risco e não executa ou executa com menor nível de detalhes, outros com alto risco.	Média	Médio	Ineficiência e falha nos procedimentos de seleção do fornecedor.	Sistematização de procedimentos que devem ser executados pelos agentes que conduzem a fase de seleção do fornecedor. Capacitar o Pregoeiro e equipe de apoio.	Equipe de Apoio; Pregoeiro.
15	Indicação de recurso sem disponibilidade para suprir as despesas assumidas.	Baixa	Alto	Não atendimento aos dispositivos legais.	Adequação das despesas até o limite orçamentário.	Setor Requisitante, Setor Financeiro.

				Falta de disponibilidade financeira para o pagamento da despesa. Problemas na execução contratual.		
16	Ausência de Estudos Técnicos Preliminares	Baixa	Alto	Planejamento Deficiente; Não atendimento ao objeto; Desperdício de recursos (financeiro, pessoal, públicos); Diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação.	Formalização de processo de trabalho de contratação e de gestão contratual; Estudos de viabilidade bem executados; Termo de referência bem definidos; Orçamento detalhado.	Setor Requisitante.
17	Contratação de empresa incapaz de executar o contrato.	Médio	Alto	Não obtenção do objeto contratado. Descumprimento pela contratada de obrigações acessórias do contrato (verbas trabalhistas, previdenciárias, etc.).	Definição de especificações técnicas que garantam a contratação de empresa especializada de acordo com as normas vigentes. A equipe de Apoio de Licitação inclui no edital exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica mais robustas. Utilizar as minutas disponibilizadas pela AGU.	Equipe de Apoio de Licitação e setor requisitante.

18	Justificativa insuficiente da necessidade da contratação dos serviços.	Baixa	Médio	Não atendimento ao princípio da motivação; Não atendimento ao Art.9, inc. III do Decreto 5450/2005.	Aplicação de Checklist para garantir o cumprimento da Etapa. A Equipe de Apoio de Licitação solicita ao setor requisitante justificativa com elementos suficientes que subsidiem a contratação.	Setor Demandante/Requisitante
19	Documentação de habilitação técnica e econômico-financeira forjada ou inidônea.	Baixa	Alto	Contratação irregular; Não atendimento às condições de habilitação exigidas no Art. 27 da Lei 8666/1993.	A Equipe de Apoio de licitação aplica o Cheklist.	Equipe de Apoio de Licitação.
20	Sobrepreços nos orçamentos estimativos	Médio	Alto	Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado; Não atendimento ao princípio da economicidade.	A Equipe de Apoio de Licitação aplica o Cheklist. A Equipe de Apoio de Licitação solicita ao setor demandante para adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência.	Equipe de Apoio de Licitação e setor demandante.
21	Falta de Autorização da autoridade competente para abertura de licitação.	Baixa	Alto	Não atendimento ao art. 9º do Decreto 5.450/2005 e Art. 38, caput da lei 8.666.	A Equipe de Apoio de Licitação aplica o Cheklist para o cumprimento da etapa solicitando a autoridade competente a autorização para abertura de licitação.	Equipe de Apoio de Licitação; Gestor da SFA-MT.

22	Divergências textuais no edital, TR e minuta de contrato.	Alta	Médio	Pedidos de esclarecimentos ou impugnações no edital; Problemas na execução contratual; Atraso no atendimento das necessidades do órgão; Edital não revisado na totalidade.	A Equipe de Apoio de Licitação verifica a coerência entre o TR e edital. A Equipe de Apoio de Licitação solicita ao setor requisitante justificativa e providências.	Equipe de Apoio de Licitação e Pregoeiro.
23	Falta de Publicação dos atos necessários à validade do processo licitatório no DOU.	Baixa	Médio	Não atendimento ao princípio da publicidade.	Aplicação de Checklist para garantir o cumprimento da Etapa.	Equipe de apoio e Pregoeiro.
24	Pesquisa de preço forjada	Baixa	Alto	Conluio entre os proponentes; Superfaturamento, não refletindo os preços de mercado.	Aplicação do Cheklist pela Equipe de Apoio e retificação do Edital. Capacitação do setor demandante sobre realização da pesquisa de preços.	Equipe de apoio e Pregoeiro e setor demandante.
25	Não atendimento do parecer jurídico sem justificativa.	Baixa	Alto	Apontamentos dos órgãos de controle; Responsabilização dos agentes públicos.	Aplicação do Cheklist e despacho ao pregoeiro ou a Equipe de Apoio de Licitação solicitando justificativa e providências cabíveis.	Fiscal de Contrato ou o Gestor da SFA-MT.
26	Adjudicação de licitante sem documentação	Média	Alto	Não atendimento ao art.11 do Decreto 5.450/2005, IV.	Aplicação do Cheklist e despacho ao pregoeiro ou a Equipe de Apoio de	Fiscal de Contrato ou o Gestor da SFA-MT.

	completa de habilitação exigida no Edital.				Licitação solicitando justificativa e providências cabíveis.	

RESPONSÁVEL/RESPONSÁVEIS
_____ Responsável/Responsáveis

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso – **SFA/MT**

Equipe de planejamento da contratação

FASE DE ANÁLISE: GESTÃO DO CONTRATO						
	RISCO	**PROBABILIDADE**	**IMPACTO**	**DANO/CONSEQUÊNCIAS**	**GERENCIAMENTO/CONTROLES**	**RESPONSÁVEL (IS)**
1	Não atendimento a legislação na aplicação da sanção.	Alta	Alto	Descumprimento recorrente do contrato, empresa inadimplente permanece habilitada.	Manual de Fiscalização/Check List de Sanções.	Fiscal de Contrato.
2	Sanções descritas no Termo de Contrato não têm correspondência com as infrações.	Média	Médio	Dificuldade para definir sanção e aplicar.	Reformulação das Cláusulas de sanções em novos contratos. Utilizar as minutas da AGU.	Equipe de Apoio de Licitação.
3	Publicação de contratos/prorrogações fora do prazo devido à falta de empenho.	Baixa	Médio	Não atendimento à legislação.	Solicitação de empenho em tempo hábil.	Equipe de Apoio de Licitação e setor financeiro.
4	Falta de documentação dos funcionários terceirizados- Falta de identificação dos funcionários que prestam os serviços no órgão.	Média	Médio	Problemas na conferência da nota fiscal.	Solicitação da documentação à empresa. Verificação da presença dos funcionários em seus postos.	Fiscal de Contrato.
5	Falta de compartilhamento de informações acerca de férias/substituições/admissões e demissão de funcionários terceirizados.	Alta	Alto	Problemas na conferência da nota fiscal e eventual problema em ações trabalhistas.	Manter o Fiscal de Contrato informado sobre quaisquer alterações no quadro de funcionários.	Fiscal de Contrato.

6	Fiscal de contrato despender da maior parte do tempo na fiscalização das obrigações acessórias (encargos trabalhistas e previdenciários) do que as obrigações principais (execução propriamente dita do serviço).	Média	Médio	Recebimento de serviços em desconformidade com as especificações técnicas.	Definição do modelo de fiscalização do contrato pelo fiscal de contrato e estudo detalhado do objeto contratado e dos termos contratuais.	Fiscal de Contrato.
7	Fiscalização do contrato não ser efetiva.	Alta	Alto	Deficiência na gestão e fiscalização; Eventual problema em ações trabalhistas e previdenciárias. Não atendimento à necessidade que originou a contratação.	Alocar e definir os papeis envolvidos na gestão/fiscalização dos contratos; Treinar e qualificar os fiscais do quadro da organização;	Fiscal de Contrato.
8	Quadro de gestores/fiscais insuficiente e/ou desqualificado.	Alta	Alto	Deficiência na gestão e fiscalização; Eventual problema em ações trabalhistas e previdenciárias. Desconhecimento da legislação e funcionamento do contrato.	Alocar e definir os papeis envolvidos na gestão/fiscalização dos contratos; Treinar e qualificar os fiscais do quadro da organização;	Fiscal de Contrato e Divisão de Apoio Administrativo- DAD.

				Não atendimento à necessidade que originou a contratação.		
9	Ausência de garantia contratual quando exigida nos termos do instrumento convocatório.	Alta	Média	Não atendimento do art. 56 da Lei 8.666/93; Pode causar prejuízos à Administração em caso de falência ou descumprimento contratual por parte do fornecedor.	Aplicação de Cheklist; Ofício de encaminhamento solicitando providências acerca da garantia junto à contratada; Caso não seja atendida após a segunda reiteração, sugerir ao fiscal a abertura de processo de aplicação de penalidade.	Fiscal de Contrato e Equipe de Apoio de Licitação.
10	Ausência de designação formal dos atores de fiscalização.	Alta	Alto	Descumprimento do art.67 da lei 8.666/1993. Impossibilitando o acompanhamento da execução contratual.	Aplicação de Checklist e solicitar ao setor responsável a emissão de portaria de designação do fiscal do contrato e respectivo suplente.	Divisão de Apoio Administrativo- DAD e Setor de Gestão de Pessoas- SGP.
11	Ausência de designação de preposto.	Alta	Médio	Não atendimento ao art. 68 da Lei 8666/93.	Aplicação de Cheklist; Fiscal do Contrato entra em contato com a contratada para designação de preposto.	Equipe de Apoio de Licitação e Fiscal de Contrato.
12	Falta de manutenção das condições de habilitação para assinatura do contrato e aditivos.	Média	Alto	Não atendimento ao art.55 inciso XIII da lei n.º 8666/93.	Notificação da contratada para que possa regularizar sua documentação e suspender, temporariamente, a assinatura do contrato e aditivos.	Equipe de Apoio de Licitação e Fiscal de Contrato.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso – **SFA/MT**

Equipe de planejamento da contratação

RESPONSÁVEL/RESPONSÁVEIS
_____ Responsável/Responsáveis

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MT000102/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/03/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR008459/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46210.000370/2018-18
DATA DO PROTOCOLO: 13/03/2018

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

SINDESP/MT - SINDICATO DAS EMP DE SEG, VIGILANCIA, TRANSP DE VALORES, SEGUR ELETR, MONIT DE ALARMES E CURSOS DE FORM DE VIGILANTES DO ESTADO DE MT, CNPJ n. 24.772.451/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANGELO ROBERTO JACOMINI;

E

SIND TRABALHADORES EM EMP VIGIL SIMILARES A F E REGIAO, CNPJ n. 33.684.143/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ELOI CRESTANI;

SIND EMP EMPRES SEGUR V T V C F VIG S E V G O T P S E M, CNPJ n. 03.238.706/0001-84, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). REGINALDO DE ARAUJO SILVA;

SINDICATO DOS VIGILANTES DO MEDIO ARAGUAIA, CNPJ n. 74.092.818/0001-18, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). KLECIORNEY GONCALVES DE SOUZA;

SIND. DOS EMPRE. EM EMPRES. DE SEG. E VIGILANCIA, VIGIAS DE ESTA. INDUS, COMER. E OUTROS DE ROO E REGIAO SUL MT, CNPJ n. 24.776.023/0001-50, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FLAVIO AMARAL RODRIGUES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABASLHADORES EM EMPRESAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, SEGURANÇA DE EVENTOS, SEGURANÇA ORGÂNICA E CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES** , com abrangência territorial em **Alta Floresta/MT, Alto Araguaia/MT, Alto Boa Vista/MT, Alto Garças/MT, Alto Taquari/MT, Apiacás/MT, Araguaiana/MT, Araguainha/MT, Araputanga/MT, Aripuanã/MT, Barra Do Bugres/MT, Barra Do Garças/MT, Brasnorte/MT, Cáceres/MT, Campo Novo Do Parecis/MT, Campo Verde/MT, Canabrava Do Norte/MT, Carlinda/MT, Castanheira/MT, Cláudia/MT, Colíder/MT, Comodoro/MT, Confresa/MT, Cotriguaçu/MT, Cuiabá/MT, Denise/MT, Dom Aquino/MT, Figueirópolis D'Oeste/MT, General Carneiro/MT, Glória D'Oeste/MT, Guarantã Do Norte/MT, Guiratinga/MT, Indiavaí/MT, Itaúba/MT, Itiquira/MT, Jaciara/MT, Jauru/MT, Juara/MT, Juína/MT, Juruena/MT, Juscimeira/MT, Lambari D'Oeste/MT, Lucas Do Rio Verde/MT, Marcelândia/MT, Matupá/MT, Mirassol D'Oeste/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Canaã Do Norte/MT, Nova Guarita/MT, Nova Monte Verde/MT, Nova Mutum/MT, Nova Olímpia/MT, Nova Ubiratã/MT, Novo Horizonte Do Norte/MT, Novo Mundo/MT, Novo São Joaquim/MT, Paranaíta/MT, Pedra Preta/MT, Peixoto De Azevedo/MT, Pontal Do Araguaia/MT, Ponte Branca/MT, Pontes E Lacerda/MT, Porto Alegre Do Norte/MT, Porto Dos Gaúchos/MT, Porto Esperidião/MT, Porto Estrela/MT, Poxoréu/MT, Primavera Do Leste/MT,**

Querência/MT, Reserva Do Cabaçal/MT, Ribeirão Cascalheira/MT, Rio Branco/MT, Rondonópolis/MT, Salto Do Céu/MT, Santa Carmem/MT, Santa Terezinha/MT, São José Do Xingu/MT, São José Dos Quatro Marcos/MT, Sinop/MT, Sorriso/MT, Tabaporã/MT, Tangará Da Serra/MT, Tapurah/MT, Terra Nova Do Norte/MT, Tesouro/MT, Torixoréu/MT, Várzea Grande/MT, Vera/MT, Vila Bela Da Santíssima Trindade/MT e Vila Rica/MT.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E DOS SALÁRIOS NORMATIVOS

DO VIGILANTE – O piso salarial mensal da categoria será majorado em 2,00% (quatro por cento) e passará, a partir de 1º.01.2018, de R$ 1.131,03 (Hum mil, cento e trinta e um reais e tres centavos) Para R$ 1.153,65 (Hum mil, cento e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

I - As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 e a data-base da categoria em 01º de janeiro, mantendo-se na integra todas as clausulas nela prevista, com exceção das clausulas que possuem natureza econômica, que deverão ser objeto de negociação coletiva, para recomposição das perdas decorrentes da inflação acumulada no período entre a data de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

§ PRIMEIRO – Para os demais empregados, com salário acima de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) o reajuste a ser concedido dependerá de livre negociação perante a empresa.

§ SEGUNDO - DO VIGILANTE DE EVENTOS - É considerado vigilante de eventos o profissional vigilante, devidamente capacitado que, convocado por empresas de segurança privada devidamente autorizada pelo DPF, exercer atividade de segurança/vigilância em eventos em caráter eventual, em casas de shows, boates,feiras e estádios

I- O vigilante convocado pelas empresas para prestar serviços em eventos fará jus a remuneração mínima de R$ 145,00(cento e quarenta e cinco reais) a diária, desde que não ultrapasse a quantidade de 10 (dez)horas, incluindo Vale Transporte e Vale Alimentação

II - O pagamento dos valores previstos neste parágrafo será efetuado, diretamente ao vigilante, imediatamente ao término do evento, sendo assegurado ao profissional o recolhimento dos encargos previdenciários de acordo com a legislação vigente;

III - Em se tratando de vigilante não pertencente ao quadro funcional da empresa prestadora de serviço, esta, fica obrigada a assinar, com aquele profissional, contrato particular de prestação de serviço eventual.

IV- Quando da convocação, a empresa exigirá do profissional Vigilante a apresentação do curso de formação e reciclagem (quando for o caso) atualizada.

V – Quando da contratação da empresa para a prestação do serviço no evento, esta fica obrigada a comunicar até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do evento a DELESP/MT e aos SINDICATOS LABORAIS, informando a data, o local, o horário e numero do efetivo.

VI – Quando da realização do evento fica a empresa obrigada a apresentar/protocolizar por escrito, perante os SINDICATOS LABORAIS, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a seguinte documentação:

a) Relação dos Vigilantes que trabalharam no evento;

b) Copias do Curso de Formação de Vigilante e Reciclagem (quando for o caso);

VII – A CONTRATANTE dos serviços de eventos fica obrigada a exigir da empresa contratada o cumprimento dos incisos VI e VII deste parágrafo, sob pena de responder solidariamente por quaisquer ônus decorrentes destes, seja na esfera trabalhista, civil ou criminal.

§ TERCEIRO – DO VIGILANTE EM JORNADA ESPECIAL SDF - Fica instituído, a partir de 01.01.18, o regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados), pelo qual as Empresas poderão admitir trabalhadores vigilantes, mediante contrato de trabalho, para que os mesmos desempenhem a jornada de trabalho de 12 horas diárias, nos sábados, domingos, feriados. No regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados), fica pactuada, estabelecida e legitimada a jornada de trabalho de 12 (doze) horas;

I - O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito, a partir de 01.01.18, ao piso mensal de R$ 466,71 (correspondente à multiplicação do valor hora do piso salarial da categoria, para jornada de 220 horas, ou seja, de R$ 5,24 por 8 horas diárias normais multiplicadas por 9,5 (média dos sábados, domingos e feriados no ano calendário), acrescido do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, totalizando entre horas normais e DSR, 89 horas/mês), mais os valores de R$ 140,01 relativo ao adicional de periculosidade, mais os valores de R$ 388,58, de horas extras (correspondente a 38 horas mensais, excedentes da 8ª diária), mais R$ 97,14 de remuneração do intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais – art. 71. Parágrafo 4º (CLT), e mais R$ 64,76 a título de reflexos de horas extras no DSR, perfazendo, então, uma remuneração mensal de R$ 1.157,20

II - A Empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar (a função de vigilante de SDF) no contrato de trabalho, CTPS e Holerites, observado o par. único do art. 464 da CLT;

III - Fica expressamente acordado pelas partes que o desempenho pelo trabalhador na escala disposta neste § quando em atividades superiores a média de 9,5 dias de trabalho-mês (desde que na escala SDF), não acarretará o pagamento pela empregadora de horas extras, pois tais dias compensam-se em meses que o labor dos trabalhadores é inferior à média descrita anteriormente.

IV - O regime SDF não exclui a possibilidade do vigilante vir a cumprir cobertura de outras escalas, ficando certo que em tal ocorrência merecerá o recebimento das horas assim cumpridas como extras, limitando-se a no máximo 1(uma) por semana.

V - As partes ficam expressamente acordadas que devido à peculiaridade do presente regime, os trabalhadores não poderão desempenhar seus descansos semanais remunerados nos domingos, nem usufruir folgas nos feriados, sendo que tais descansos serão compensados com as folgas decorrentes da semana, não acarretando, portanto, pagamento das horas em dobro ou horas extras a 100%.

VI - No regime de trabalho SDF o direito às férias anuais remuneradas seguirá o determinado correspondente ao disposto:

a-14 (quatorze) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 4 (quatro) vezes;

b-10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas;

c-06 (seis) dias corridos, quando houver tido até 7 (sete) faltas. Parágrafo Único: O empregado contratado sob o regime SDF que tiver mais de 07 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período reduzido à metade.

VII – O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito ao recebimento do adicional noturno, premio assiduidade e vale alimentação.

§ QUARTO – DO TELETRABALHO - Fica devidamente acordado a previsão para realização no âmbito da categoria profissional do teletrabalho, podendo ser aplicado para todos e quaisquer cargos e funções administrativas, excetuados os empregados vigilantes, considerando teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo, em conformidade com o disposto no artigo 75-B da Consolidação das Leis do Trabalho.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA QUARTA - - DO DIA DO PAGAMENTO E COMPROVANTE

O pagamento dos salários será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido, em horário comercial. O pagamento efetuado por cheque deverá ser realizado até ás 13:00 (treze) horas. Para efeito desta Convenção, o sábado não será considerado como dia útil.

§ PRIMEIRO - O empregado só será obrigado a assinar o holerite após a efetiva disponibilização de seu pagamento.

§ SEGUNDO - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO E RECOLHIMETOS DO FGTS E INSS - As empresas se obrigam a fornecer a todos os seus empregados, os comprovantes mensais de pagamento impressos, contendo o nome do empregado, a razão social da empresa, especificando todos os valores, demonstrativo do salário mensal, quantitativo de horas extras, e adicional noturno (vigilante noturno), intervalo intrajornada, DSR, valores de cada um dos

títulos, quando houver, depósitos do FGTS incidentes, salário família, demais títulos que compõem a remuneração, bem como, os descontos a favor da previdência social, imposto de renda na fonte, contribuições devidas às entidades sindicais profissionais, consoante a lei, pensão alimentícia, se houver, como outros descontos previamente autorizados pelo empregado, além dos recolhimentos das contribuições previdenciárias próprias e do trabalhador e o deposito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal, sendo que estes poderão ser disponibilizados através de meios de mídia eletrônica (e-mail), desde que a empresa previamente solicite (por escrito) ao Sindicato Laboral.

CLÁUSULA QUINTA - - DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica estabelecido que o 13° (décimo terceiro) salário será pago de acordo com o salário-base da categoria, mais a média da parte variável, nos termos da legislação vigente, ficando facultado às empresas efetuarem o pagamento do 13° Salário (gratificação natalina) em um só tempo, até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, na proporção a que fizer jus o empregado.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SEXTA - - DAS HORAS NORMAIS E EXTRAS

O valor da hora diurna, o valor da hora noturna, o valor da hora extra e o valor do adicional noturno e o valor do Intrajornada serão calculados com base no valor do salário normativo do empregado vigilante vigente no período apuratório com a utilização do divisor de 220 (duzentos e vinte), já incluso o descanso semanal remunerado.

§ PRIMEIRO - As horas de trabalho que excederem a 44 horas normais semanais serão pagas como extras com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora de trabalho. Sobre as horas extras pagas será calculado o reflexo do Descanso Semanal Remunerado.

§ SEGUNDO - Faculta – se às empresas e **empregados da área administrativa**, por este instrumento, a prática do Banco de Horas, permitindo-se que a compensação possa ser feita dentro do período de 90 (noventa) dias, inclusive durante o aviso-prévio. Por ocasião de rescisão ou encerramento do contrato de trabalho o total de horas extras em crédito deverá ser quitado em espécie com as verbas rescisórias. É expressamente PROIBIDO a pratica do Banco de Horas para os trabalhadores que exerçam a função de vigilante e/ou os trabalhadores que realizam as jornadas de revezamento, em especial a jornada 12x36.

§ TERCEIRO – DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - As empresas pagarão mensalmente, a titulo de Adicional por Tempo de Serviço - ATS, valor correspondente a 3% (três por cento) do salário-base para cada 10 (dez) anos de serviço, contados da data de admissão.

Adicional Noturno

CLÁUSULA SÉTIMA - - DO INTERVALO INTRA-JORNADA

Dada a peculiaridade da atividade do serviço de vigilância, nos casos em que não for concedido ou impossibilitado o empregado a gozar do intervalo intrajornada de 01:00 (uma) hora para refeição e descanso, as empresas deverão efetuar pagamento do referido período de forma indenizatória com o pagamento de uma hora dia, que será correspondente a hora normal acrescido do adicional de 50% (cinquenta por cento), não refletindo o pagamento da referida parcela em qualquer das demais verbas salariais, contratuais e ou remuneratórias.

§ PRIMEIRO – Quando dos empregados vigilantes laborarem em jornada de trabalho em escala de 12x36, 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, ficam desobrigados de promover a assinalação da folha de ponto ou cartão de ponto do registro do intervalo Intrajornada, destinado à alimentação, sendo que para os demais empregados que estejam a laborar em outra jornada de trabalho, ainda que previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, na forma da Lei, as empresas poderão proceder com a pré-assinalação dos horários de intervalo intrajornada nos cartões de ponto ou folhas de ponto.

§ SEGUNDO – Durante o usufruto do intervalo previsto no caput, fica facultado ao vigilante permanecer nas dependências do local da prestação de serviço, cujo período não será computado na duração do trabalho, por não constituir tempo à disposição do empregador, desde que não lhe seja solicitado qualquer tipo de tarefa.

CLÁUSULA OITAVA - - DO ADICIONAL NOTURNO

Para o trabalho realizado em horário das 22:00 horas de um dia, às 05:00 horas do dia seguinjte, a hora noturna efetivamente trabalhada será computada com 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos, e será remunerada com 20% (vinte por cento), da hora normal, nos termos do Art. 73, § 1º. da CLT;

§ PRIMEIRO - Diante do previsto na Lei, quando o labor pelos empregados em jornada de trabalho especial em escala de 12X36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso) a hora noturna compreendida entre as 22:00 horas de um dia, às 05:00 do dia seguinte, efetivamente trabalhada, e será remunerada com o adicional de 20%(vinte por cento) sobre a hora normal, considerando a hora integral e não será apurada e paga ocorrendo prorrogação da jornada de trabalho em horário noturno após às 05:00 horas,em observancia ao disposto no artigo 59-A, paragrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho com as alterações previstas pela Lei nº13.467/17.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA NONA - - DE INSALUBRIDADE

Os empregados que prestam serviços em áreas insalubres, aquelas compreendidas em hospitais, postos de saúde, deposito de medicamentos, casas de apoio a doente, casas de apoio a doentes mentais, depósito de lixo ou materiais contaminosos terão incluído em suas folhas de pagamentos os adicionais de 10, 20 e 40% sobre o salário mínimo, dependendo do grau de insalubridade nos termos da Lei que discipline a matéria.

§ PRIMEIRO - Havendo dúvidas em relação ao caput desta cláusula, os Sindicatos laborais poderão solicitar às autoridades as aferições do grau de insalubridade nos postos de serviços citado.

§ SEGUNDO - O funcionário substituto do titular do posto, também terá direito ao adicional, proporcionalmente aos dias trabalhados nos referidos locais.

§ TERCEIRO – A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade.

§ QUARTO – O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou publico de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades.

§ QUINTO – A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou publico de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

§ SEXTA – O adicional de insalubridade previsto no caput desta clausula não será aplicado sobre gratificações de função, prêmios ou participações nos lucros.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA - - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Com a Normatização da Lei n. 12.740/2012, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Portaria n. 1.885, publicado em data de 02 de dezembro de 2013, que aprovou o Anexo 3 da NR16/M-T-E, fica estabelecido que as empresas continuarão a pagar aos empregados vigilantes e a todos os demais empregados descritos no referido anexo, o adicional de periculosidade na proporção de 30% sobre o salário base da categoria.

§ PRIMEIRO - O vigilante ou os demais empregados descritos no referido Anexo 3 da NR16/M-T-E, somente farão jus ao recebimento do adicional de periculosidade quando do seu efetivo trabalho, ou seja, o mesmo não será devido ou pago, no período em que o funcionário faltar ao serviço de forma injustificada, ou o contrato de trabalho estiver suspenso ou interrompido.

§ SEGUNDO – O adicional de periculosidade previsto no caput desta clausula não será aplicado sobre gratificações de função, prêmios ou participações nos lucros.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - - DO PRÊMIO ASSIDUIDADE

Fica instituído aos trabalhadores integrantes da categoria profissional o Prêmio Assiduidade correspondente a R$ 90,00 (noventa reais) mensais que poderá ser pago em espécie ou através de vale alimentação, vale supermercado, ticket alimentação ou cartão alimentação.

§ Primeiro - O prêmio referido nesta Cláusula será pago ao trabalhador que não faltar, não estiver afastado pela Previdência Social, de licença remunerada ou não remunerada, de férias, ou ainda em atestado médico.

§ Segundo - Convencionam as partes que a parcela ora instituída, prevista no caput desta Clausula, possui natureza indenizatória, haja vista condicionada efetivamente as circunstancias previstas no Paragrafo Primeiro, não refletindo em qualquer outras verbas ou parcelas a serem pagas aos empregados.

§ Terceiro - Para efeito do pagamento do Prêmio assiduidade não se considera falta, afastamento ou licença o período em que o trabalhador estiver à disposição da empresa realizando a Reciclagem perante as escolas de formação de vigilantes, uma vez que se trata de obrigação legal impostas as empresas, conforme determina o § 7º. do artigo 156 da Portaria 3.233/2012 do DPF.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - - DO TICKET ALIMENTAÇÃO

A partir da data de 01.01.2018 será fornecido mensalmente a quem não estiver afastado pela Previdência Social, de Licença Remunerada ou não remunerada, de férias, ou em atestado médico, vale alimentação no valor de R$ 18,00 (dezoito reais), por dia efetivamente trabalhado, podendo ser realizado através de Ticket Alimentação, Vale Alimentação, Cartão Magnético Auto Recarregável ou qualquer outro meio que de acesso ao empregado a utilização do benefício.

§ PRIMEIRO - O benefício do Ticket Alimentação será concedido em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, nos termos da Lei 6.321 de 14/04/1976 e seus regulamentos, e será repassado (creditado/depositado) a cada trabalhador até o dia 20 do mês subsequente ao vencido.

§ SEGUNDO - As empresas poderão proceder com desconto de até 2%(dois por cento) do valor mencionado no caput desta cláusula, a título de participação do trabalhador.

§ TERCEIRO - O benefício sob qualquer das formas previstas nesta cláusula não tem natureza remuneratória e, em face disso, não integra o salário ou verbas salariais do empregado, nos termos da Lei 6.321 de 14/04/76, e seus regulamentos.

§ QUARTO -Em caso de falta não justificada será descontado o valor correspondente, em Ticket Alimentação, aos dias de falta.

§ QUINTO - Nas empresas onde o fornecimento da alimentação é garantido por exigência do contrato de prestação de serviços, prevalecerá o constante do referido contrato, seja ele através de ticket ou do fornecimento da própria alimentação, desde que o valor líquido mensal do benefício não seja Inferior ao estipulado no caput desta Cláusula, podendo o empregado vigilante optar por escrito a empresa, pelo fornecimento do ticket alimentação.

§ SEXTO - As importâncias pagas em vale-alimentação de que trata o caput desta cláusula, serão concedidos apenas na vigência da presente convenção, não integrando as verbas salariais e seus reflexos, e não se incorporando aos salários a qualquer título.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - - DO AUXILIO TRANSPORTE

DO VALE TRANSPORTE - Será concedido o Vale Transporte de acordo com o que dispõe a Lei, ficando facultado às empresas que assim optarem, fazer o seu pagamento em dinheiro, mediante recibo, não incorporando o respectivo valor ao salário, a qualquer título, a demais itens de sua remuneração.

§ PRIMEIRO - Se a empresa optar pelo pagamento do Vale-Transporte em dinheiro, a mesma deverá fazê-lo em uma única vez, juntamente com o pagamento do salário.

§ SEGUNDO - Os vales-transportes concedidos e não utilizados, por motivo de faltas, poderão ser descontados na folha de pagamento do mês subsequente, ficando autorizado a possibilidade das empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

§ TERCEIRO – Fica expressamente proibido qualquer tipo de punição ao trabalhador que não for trabalhar por falta de vale transporte, tendo a empresa obrigação do seu pagamento em dia, e em caso de atraso de entrega no vale transporte, o empregado vigilante que utilizar do seu dinheiro para locomoção até o seu posto de serviço, com a utilização de compra do vale transporte, deverá ser ressarcido pela empresa.

§ QUARTO - DO TRANSPORTE FUNCIONAL DAS 00:00h ÀS 05:00h - As empresas transportarão seus empregados, que iniciarem ou terminarem sua jornada de trabalho entre 00:00 e 05:00 horas.

§ QUINTO - O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, quando o local seja de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, independentemente que o empregador forneça a condução necessária, não será apurado como tempo a disposição da empresa ou de trabalho e assim, não será considerado computado a

jornada de trabalho ou remunerado como hora trabalhada ou hora extra, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ SEXTO – Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive médico ou pelo INSS, este não fara jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamento do trabalhador no percurso residência/trabalho.

§ SETIMO – No caso de extravio, perda e dano do cartão transporte de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo e em caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período não utilizado, sob pena de desconto dos valores correspondentes na rescisão do contrato.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PLANO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO A VIDA E A FAMÍLIA

Os Sindicatos Laborais, com a concordância do Sindicato Patronal, selecionaram e credenciaram a empresa especializada Economy Brasil para o fornecimento do Plano de Prevenção e Proteção a Vida, uma vez que possui estrutura operacional e administrativa local, bem como comprovou mediante contratos com Médicos e Hospitais consideradas idôneas e aptas atender a demanda e prestar o benefício a todos os empregados da categoria profissional, obrigando-se manter e assegurar a rede de saúde credenciada a cobertura dos seguintes benefícios: oferecer ao empregado, cônjuge e filhos até 21 anos, central de agendamento próprio de consultas, com no mínimo 50 (cinquenta) especialidades médicas, 10 (dez) clinicas de atendimento em horário comercial e (dois) pronto atendimento 24H em Cuiabá ou Várzea Grande, 01 (um) Pronto Atendimento nas seguintes cidades polo do interior (Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Alta Floresta e Barra do Garças-MT), atendimento de consultas na rede médica a partir de R$ 70,00 (setenta reais) ou com economia em rede referenciada em relação a consultas particulares, cujo valor será custeado pelo assegurado empregado e seus dependentes, bem como exames, laboratoriais, imagens, clínicas odontológicas com tabela diferenciada, estendido ao titular, cônjuge e filhos até 21 anos de idade, sem carência. Odontologia familiar básica: compreendendo os seguintes serviços (Limpeza, aplicação de flúor restauração de uma face e tratamento de dor) (01 Uma vez por ano por pessoa) serviço disponível nas seguintes localidades : (Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Juara – MT). Comtemplará também o benefício de seguro de vida por morte acidental e invalidez total ou parcial por acidente no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil Reais), somente ao titular, mais assistência funeral familiar realizado pela seguradora ou opção de reembolso limitado até no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) mediante contrato com uma corretora de seguros credenciada a SUSEP (superintendência de seguros Privado)

§ PRIMEIRO. Para constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios do plano de prevenção e proteção a Vida quanto ao programa de saúde previstos neste instrumento conforme cláusula décima quinta, os Empregadores pagarão (diretamente a empresa credenciada) mensalmente o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por trabalhador e compreendidos neste valor o titular do plano, o cônjuge e dependentes,

observado a informação constante do CAGED do mês anterior, independentemente da quantidade de dependentes a serem incluídos pelos titulares empregados, devendo ser realizado a empresa devidamente credenciada no Sindicato laboral, mediante a apresentação de nota fiscal correspondente e cobrirá na parte que corresponda as Empresas todo o Programa de Saúde, na forma estabelecida no caput da presente cláusula.);

§ SEGUNDO. Os valores cobrados conforme especificados pelas empresas especializadas objeto das coberturas estipuladas no caput, serão pagos diretamente pelos empregados segurados ao utilizarem do programa de Saúde no ato da realização das consultas e exames, sem qualquer possibilidade de desconto em folha de pagamento.

§ TERCEIRO. As empresas/seguradoras que estiverem operando para atender este benefício do seguro de vida e assistência funeral conforme cláusula décima quarta, deverão comprovar sempre que solicitado pelo Sindicato Laborais e das Empresas, que cumprem aos regramentos legais da SUSEP Superintendência comprovando por meio de documentos ou contratos com corretoras de seguros habilitadas, os quais deverão serem enviados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de solicitação, sob pena de descumprimento e consequentemente serem descredenciadas, mediante notificação por escrito.

§ QUARTO. O presente benefício concedido aos trabalhadores, (titular) e seus familiares e dependentes não possui natureza salarial, por tratar-se de benefício assistencial de cunho social oferecido pelos empregadores de forma compulsória em decorrência da convenção coletiva.

§ QUINTO. As empresas somente estarão obrigadas a efetuar o pagamento dos valores previstos no parágrafo primeiro, a título de constituição dos fundos e manutenção dos benefícios previstos nesta clausula, mediante a apresentação por protocolo perante o Sindicato Patronal, pelos Sindicatos Laborais, das empresas então credenciadas.

§ SEXTO. A inadimplência por parte do empregador (com a empresa credenciada) que impossibilite o recebimento do benefício do seguro de vida e Assistência funeral Nacional, importará no seu dever de indenizar o trabalhador, sua família ou herdeiro legal, em dobro, do que está previsto no ‘caput’ da clausula, em dinheiro e a vista. A inadimplência que impossibilite o atendimento aos trabalhadores ou pagamento inferior ao necessário para o atendimento a todo o quadro de empregados, acarretará ao empregador multa mensal de 10% do piso salarial da categoria por empregado, enquanto persistir o descumprimento, bem como a restituição do valor gasto pelo trabalhador.

§ SÉTIMO. Com o credenciamento e a apresentação dos documentos que comprovam que as empresas estão aptas a comercialização do Plano de Prevenção e Proteção a Vida e Família pelos Sindicatos Laborais das empresas especializadas para a realização da prestação dos serviços objeto desta clausula, as empresas com a formalização dos contratos e a entrega dos recibos e nota fiscal correspondente, se comprometem a realizar imediatamente, o pagamento dos valores previstos no parágrafo primeiro, sob pena de incidência da multa prevista na presente convenção, após audiência de conciliação a ser feita com a empresa envolvida, o Sindicato Laboral e a participação do Sindicato Patronal.

§ OITAVO. A fiscalização quanto ao cumprimento pelas empresas especializadas que foram credenciadas e consideradas aptas a prestação dos serviços objeto desta clausula, será realizada pelos Sindicatos Laborais, que comunicará por escrito ao Sindicato Patronal que

repassara aos Empregadores, a ocorrência de eventual inadimplemento das obrigações assumidas, visando a realização de notificação prévia para regularização com prazo não superior a 30 (trinta) dias, e em caso de não regularização, a imediata rescisão dos contratos com a suspensão do serviço e do pagamento dos valores previstos no paragrafo primeiro.

§ NONO. Ocorrendo a rescisão dos contratos entre os Empregadores e as empresas especializadas, por culpa exclusiva destas, pelo inadimplemento da obrigação constante do caput e dos compromissos assumidos, os Empregadores deixaram de efetuar o pagamento referente a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previsto no parágrafo primeiro desta clausula, sendo que e a suspensão dos pagamento, não acarretara inadimplemento da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, até que sejam formalizados novos contratos com outras empresas selecionadas e credenciadas pelos Sindicatos Laborais, nas mesmas condições constantes previstas no caput desta clausula.

§ DÉCIMO. As partes desde já convencionam que os valores a serem pagos pelas empresas (diretamente a empresa credenciada) para constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos neste instrumento, no importe de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) mensais por empregado, serão majorados, a partir da data de 01.01.2019, pelo mesmo Índice de reajuste que for concedido ao salário normativo da categoria consoante aditivo a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - - DO AUXILIO FUNERAL E DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Do Seguro de Vida – PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF

A família do empregado que falecer no exercício de suas funções, bem como no trajeto de ida e volta para o posto de serviço, fará jus ao programa de assistência social que custeará as despesas do funeral, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

I – Aos trabalhadores abrangidos por esta convenção, fica garantida a indenização ou seguro de vida, de acordo com a legislação vigente nos seguintes valores:

a) R$ 47.502,00 (quarenta e sete mil quinhentos e dois reais), na hipótese de morte de qualquer causa;

b) R$ 95.004,00 (noventa e cinco mil e quatro reais), na hipótese de invalidez total ou parcial por acidente de trabalho, sendo utilizada, para determinação da invalidez a tabela para Cálculo da indenização em caso de Invalidez Permanente por Acidente definido pela Seguradora.

II – As empresas que por força dos contratos de plano saúde em vigor, firmados em observância a previsão constante da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria 2017, Clausula Décima Quinta (desde que seja empresa credenciada), em observância ao principio da vinculação ao contrato, poderão continuar a manter os mesmos até a data do término de suas vigências, passando após a referida data a ter que cumprir com o disposto no caput desta Clausula e no inciso I, letras “a” e “b”, além da nova redação da Clausula Décima

Quinta, podendo optar pela manutenção/prorrogação dos referidos contratos desde que seja observado o disposto nesta clausula e na Cláusula 15ª, em especial a existência de dois seguros de vida, um da decorrente da obrigação da Cláusula 14ª e outro Clausula 15ª, tendo em vista que os dois seguros são cumulativos.

Do Plano de Prevenção e Proteção a Vida

Considerando que no ano de 2017, por força da Clausula 15ª da CCT/2017, os Sindicatos Laborais firmam o compromisso de selecionar e credenciar as empresas especializadas para fornecer o Plano de Prevenção e Proteção a Vida, sendo que no decorrer do ano de 2017, somente duas empresas solicitaram o credenciamento;

Considerando que somente a empresa Economy Brasil preencheu os requisitos da convenção e obteve o credenciamento;

Considerando que é fato publico que algumas empresas de segurança tem se esquivado do cumprimento da Cláusula 15ª da CCT/2017 através de contração de empresa que além de não serem credenciadas pelos sindicatos laborais, não preenchem os requisitos mínimos previstos na convenção coletiva, uma vez que não oferecem todos os benefícios em todas as localidades, o que tem afetado os direitos dos trabalhadores;

Considerando que restou constatado pelos sindicatos laborais e patronais que estas empresas de segurança tem buscado apenas o menor valor não obstante a previsão convencional do valor de R$ 60,00 por trabalhador;

Considerando que a previsão de credenciamento, pelas entidades sindicais, visava a analise previa de empresas que tivessem condições de oferecer todos os benefícios pelo valor previamente acordados entre os sindicatos, visando não o menor valor para as empresas de segurança, uma vez que o valor foi predefinido, mas o fornecimento de todos os benefícios previsto na Cláusula 15ª da CCT/2017, em todas as localidades descritas na referida clausula;

Considerando que a contratação de empresa não credenciada, além de não fornecer os benefícios aos trabalhadores tem gerado desequilíbrio no mercado, na medida em que reduz ilegalmente os custos da empresa de segurança que contratam esse tipo de serviço culminando em desequilíbrio econômico, inclusive em licitações;

Considerando que já há trabalhadores prejudicados com estas contratações irregulares, uma vez que não estão usufruindo dos benefícios previstos na Cláusula 15ª da CCT/2017;

Postas a considerações supra, entendem os sindicatos laborais, com a concordância do Sindicato Patronal, e com intuito de se evitar mais lesões aos direitos dos trabalhadores, que na Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 é imprescindível que se registre expressamente a única empresa devidamente credenciada para fornecer do Plano de Prevenção e Proteção a Vida e consequentemente cumprir o previsto na Cláusula 15ª, restando compromissado que eventual deferimento de credenciamento de nova empresa, será imediatamente confeccionado o Termo Aditivo e lançado no sistema do MTE, quando passará a ter validade.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Controle da Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - - DA JORNADA DE TRABALHO

DAS ESCALAS DE REVEZAMENTO - Por decisão da Assembleia-Geral do sindicato profissional, acatada pela Assembleia-Geral do sindicato patronal, e na conformidade do art. 7º, XIII da Constituição, respeitadas a concessão da folga semanal remunerada de no mínimo 24 horas consecutivas, sendo admitidas as seguintes escalas:

I - 2 x 1 - dois dias trabalhados por um de descanso, respeitadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na forma do inciso XIII do artigo 7º da CF;

II - 4 x 2 - quatro dias de trabalho por dois de descanso, respeitadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na forma do inciso XIII do artigo 7º da CF;

III - 5 x 2 - cinco dias de trabalho por dois de descanso, respeitadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na forma do inciso XIII do artigo 7º da CF;

IV - 6 x 1 - seis dias de trabalho por um de descanso, respeitadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na forma do inciso XIII do artigo 7º da CF;

V - 12 x 36 - doze horas trabalhadas por trinta e seis horas de descanso;

§ PRIMEIRO - Os empregados que laborarem na escala de 12 x 36, ou seja, 12(doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não farão jus a horas extras quando laboradas aos domingos e feriados, não havendo distinção entre o trabalho realizado diurno e noturno, salvo quanto ao pagamento do adicional de 20% (vinte por cento), previsto em lei, incidente sobre as horas noturnas efetivamente trabalhadas das 22:00 de um dia ás 05:00 horas do outro, considerando como hora integral, conforme previsto na Clausula 8ª, não havendo pagamento do adicional noturno em caso de prorrogação da jornada de trabalho em horário noturno após as 05:00 horas e nem valores a título de DSR, em observancia ao artigo 59-A, paragrafo unico, da Consolidação das Leis do Trabalho com as alterações da Lei nº.13.467/2017.

§ SEGUNDO - Não se descaracteriza o regime da jornada 12 x 36, convencionado no caput desta cláusula, caso eventualmente seja ultrapassada a jornada para ele estabelecida, desde que por necessidade do serviço, já que a atividade de vigilância e segurança constitui ofício inadiável, ininterrupto e desenvolve-se em turnos contínuos de assunção e entrega dos postos, bem como o labor em dias de folgas ou na realização da excepcionalidade do labor em dias de dobra, sendo possibilitado as empresa a realização de até 04 (quatro) dias de folgas trabalhadas ou dobras de jornada, por empregado ao mês, sob pena de descaracterização da jornada, de modo que as horas excedentes, inclsuive dobra ou folga, em razão da extensão da jornada de trabalho, motivada pela necessidade de suprir os atrasos e ocorrências inesperadas dos empregados, deverão ser remuneradas como horas extras, considerando-se o divisor estabelecido nesta convenção, afim de resguardar o interesse dos próprios empregados, bem como preservar a constância da execução do serviço que se destina à preservação da integridade física dos homens, bens patrimoniais e valores, na forma da lei nº 7.102/83 e regulamentações.

§ TERCEIRO - Respeitadas as condições mencionadas no "caput" desta cláusula, outras escalas poderão ser implementadas para execução dos serviços.

§ QUARTO - As empresas poderão acordar com seus funcionários administrativos (não vigilantes) a compensação de horários nos dias úteis visando a dispensa de trabalho aos sábados, respeitando o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, bem como a redução do intervalo intrajornada, para até 30 (trinta) minutos, observando o disposto na lei, com o pagamento do valor correspondente a remuneração da hora acrescido do adicional de 50% (cinquenta por cento), referente aos outros 30 (trinta) minutos.

§ QUINTO - As horas extras laboradas pelos trabalhadores deverão ser pagas no holerite de pagamento e de uma só vez, não sendo permitido seu pagamento semanal ou parcelado.

§ SEXTO - As empresas farão escala de trabalho de acordo com cada posto de serviço, devendo o trabalhador ser avisado por escrito da escala a qual irá cumprir.

§ SÉTIMO – DOBRA DE JORNADA - Entende-se por DOBRA, quando por necessidade imperativa, a empresa empregadora de forma excepcional solicita ao vigilante que este permaneça no posto de serviço, para cobrir a jornada imediatamente consecutiva do vigilante com o qual faria revezamento. Não sendo devido o vale-transporte.

I - Na hipótese de realização de dobra, além do pagamento do sobrelabor, as empresas ficam obrigadas a fornecer alimentação sem ônus para o vigilante.

§ OITAVO - FOLGA TRABALHADA - A Folga Trabalhada dá-se quando por necessidade imperativa, a empresa empregadora de forma excepcional solicita ao empregado que está em seu dia de folga a possibilidade de trabalhar, e este por sua livre e espontânea vontade aceita, fazendo jus ao pagamento do dia laborado como sobrelabor correspondente a horas extras acrescido do adicional devido, bem como ao fornecimento do respectivo vale-transporte sem ônus para o trabalhador.

I - Na hipótese de realização de folga trabalhada, além do pagamento do sobre labor, o fornecimento de vale transporte, as empresas ficam obrigadas a fornecer também o Ticket Alimentação ou o deposito do valor correspondente no Cartão equivalente, na forma prevista nesta Convenção sem ônus para o trabalhador.

§ NONO – As empresas poderão utilizar, para registro de jornadas de trabalho de seus empregados, papeleta de serviço externo, cartão ponto, livro ponto, cartão magnético, sistema eletrônico de controle de ponto. Facultado, também, a utilização do registrador eletrônico de ponto, sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, ou sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de rádio transmissor, estas últimas possibilidades conforme previstas pelas Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009 e Portaria n.º 373, de 25/02/2011, ambas do Ministério do Trabalho e Previdência Social servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - - DAS AUSENCIAS LEGAIS E ATESTADOS

- Fica garantida a todos os empregados sem prejuízo de remuneração ou perda de posto, a ausência no serviço, nos seguintes casos:

§ PRIMEIRO - DAS AUSÊNCIAS LEGAIS:

a) 05 (cinco) dias no caso de falecimento do cônjuge, ascendentes ou descendentes;

b) 04 (quatro) dias em virtude de casamento;

c) 05 (cinco) dias á título de licença-paternidade.

§ SEGUNDO - DOS VIGILANTES ESTUDANTES - Serão abonadas as faltas dos empregados estudantes para prestação de exames vestibulares, que coincidirem com o horário de trabalho, desde que a empresa seja notificada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

I - Sempre que possível as empresas farão escala de trabalho, compatível com o horário de aula dos empregados estudantes.

§ TERCEIRO - DO ATESTADO MÉDICO - Para efeito de legislação trabalhista e previdenciária, as faltas dos empregados por razão de sua saúde, serão abonadas mediante comprovação por atestados médicos, odontológicos e psiquiátricos, inclusive atestado de acompanhante de cônjuge (esposa ou convivente), filhos menores de 16 (dezesseis) anos e pais em idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, obedecendo aos dispositivos na legislação pertinente, obrigando-se o próprio empregado ou seus familiares a apresentar a empresa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao início da licença, sob pena de não serem as faltas abonadas.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CONDIÇÕES SOCIAIS E AMBIENTE DE TRABALHO

Deverá ser garantido ao vigilante as instalações mínimas necessárias ao bom desempenho de suas funções:

§ PRIMEIRO - DAS INSTALAÇÕES DOS LOCAIS DE TRABALHO - Deverá ser garantido ao vigilante as instalações mínimas necessárias ao bom desempenho de suas funções, entendendo como tais: água potável, abrigo, iluminação e sanitário.

I - No caso de trabalho em dias de chuva, quando o empregado estiver trabalhando em áreas externas, sem proteção, ser-lhe-á fornecido equipamento de proteção impermeável pela empresa empregadora.

§ SEGUNDO - DA EMPREGADA GESTANTE - As empregadas gestantes terão direito de trabalhar sentadas durante a gravidez.

§ TERCEIRO - DA PROMOÇÃO DE VIGILANTES - As empresas se comprometem a priorizar a ascensão funcional dos vigilantes para a função de fiscal e motorista, atendidas as exigências internas de cada empresa

§ QUARTO - DO LOCAL DA REFEIÇÃO - Ficam as empresas obrigadas a solicitar de seus contratantes locais apropriado para os vigilantes efetuarem suas refeições nos postos de serviços.

§ QUINTO - DAS ENFERMIDADES DURANTE O EXPEDIENTE - Se durante o expediente, o empregado ficar impossibilitado de cumprir sua jornada de trabalho por doença, a empresa lhe dará a assistência necessária e lhe abonará o dia de serviço.

§ SEXTO - ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO – As partes convenentes acordam que todos os vigilantes envolvidos em incidentes no exercício de suas funções e que demandem acompanhamento psicológico serão assistidos por profissionais especializados, a expensas das empresas empregadoras, sendo que este trabalhador só deverá retornar ao seu trabalho após sua recuperação total.

§ SÉTIMO - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - As empresas preencherão os formulários destinados a Previdência Social, quando solicitados pelo empregado, no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas.

§ OITAVO - DAS TRANSFERÊNCIAS - Nos casos de transferência provisória, em que o vigilante for designado para prestar serviços em local diverso de seu domicílio, a empresa deverá custear as despesas de sua condução, refeição, hospedagem e lavagem de roupas.

§ NONO - DO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO - Nestes estabelecimentos os vigilantes deverão exercer exclusivamente, as funções relativas à segurança.

I - Todos vigilantes que prestam serviços em agências bancárias deverão revezar em seu posto de serviço durante o expediente possibilitando ao mesmo a ida ao banheiro e tomar água, disponibilizando em caso de necessidade cadeira.

II - Na hipótese do Vigilante Bancário ficar responsável pela abertura ou fechamento da agência bancária, (Vigilante Porta-Chave), será devido ao mesmo uma Gratificação de Função de 10%(dez por cento), sobre o salário-base.

III - A gratificação estipulada no item II, não será incorporada ao salário nos casos em que os vigilantes deixarem de exercer a referida função.

IV - Ocorrendo necessidade, fora do expediente normal de trabalho, o vigilante porta-chave, receberá as horas efetivamente trabalhadas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

§ DÉCIMO - DA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS CELULAR, SMARTPHONE, TABLET E SIMILARES - Diante da natureza e da peculiaridade do serviço de segurança/vigilância que requer extrema atenção do profissional vigilante, para manutenção da sua integridade física e segurança dos demais, fica expressamente proibido durante o horário correspondente ao seu expediente e durante toda a sua prestação de serviço, a utilização de aparelhos celular, smartphone, tablet ou similares, que não seja por determinação do EMPREGADOR ou para ações necessárias a execução do serviço, ficando sujeitos os empregados as penalidades de advertência, suspensão e em caso de reincidência, da rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

I – Para informação aos empregados quanto a disposição supra mencionada, inclusive com previsão da punição aos que infringirem a regra, as empresas poderão utilizar-se da adequação ao Regulamento Interno, com a fixação do mesmo em local visível, fazer constar em clausula do contrato de trabalho individual, ou ainda através de comunicado individual assinado pelos empregados.

Uniforme

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - - DO UNIFORME

As empresas são obrigadas a fornecer 03 (três) uniformes a seus empregados e 02 (dois) pares de calçados para cada ano de serviço.

§ PRIMEIRO - As multas aplicadas às empresas, decorrentes de má uniformização, por culpa ou dolo do empregado, serão descontadas integralmente do salário do mesmo..

§ SEGUNDA - COLETE SINALIZADOR - Para os empregados que necessitem controlar estacionamentos de shopping center ou locais em que haja necessidade de controle de movimentação de veículos, as empresas fornecerão colete sinalizador.

§ TERCEIRO - COLETE A PROVA DE BALA - Aos vigilantes que trabalham em postos armados, como procedimento de segurança física, nos termos do subitem E.2 do Anexo da Norma Regulamentadora nº. 06,

incluído pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 191 de 04 de dezembro de 2006 e legislação superveniente, é obrigatório o fornecimento e uso do colete à prova de balas, conforme especificações contidas na legislação aplicável às empresas de segurança privada e à aquisição de produtos controlados;

I - O colete a prova de balas será o de nível II ou equivalente conforme já usado na escolta armada e no transporte de valores;

II - havendo transferência ou remoção do vigilante do posto de serviço que preencha os requisitos fixados no caput da presente cláusula para outro em que não haja tais previsibilidades, fica a empresa prestadora desobrigada de fornecimento do mesmo;

III - em contratos novos, enquanto a empresa não houver adquirido os coletes à prova de balas para uso corrente de seus empregados, esta somente poderá manter o contrato provisório, sendo vedada a utilização de armas de fogo em tais postos neste período;

IV - conforme disposto no §1º do art. 462 da CLT, as empresas ficam autorizadas a descontar dos salários ou cobrá-los de outra forma, inclusive em rescisão contratual, todos os valores correspondentes a uniforme, roupas ou instrumentos de trabalho, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida, ainda que fora de serviço e a não devolução quando da rescisão, com exceção aos danos ocorridos em armas e outros instrumentos arrebatados dos empregados vigilantes profissionais da categoria por ação de crimes praticados nos seus locais de trabalho, ou nos trajetos de ida e volta ao serviço;

V - a comprovação do crime perpetrado, nestes casos, se fará mediante o registro perante o órgão ou membro da autoridade policial da localidade.

§ QUARTO – O tempo dispendido pelos empregados para a realização da troca do uniforme e o seu direcionamento ao local determinado no posto de serviço, dentro do estabelecimento da empresa contratante, não superior a 20 (vinte) minutos, não será computado ao tempo de trabalho para qualquer efeito.

§ QUINTO – Acordam as partes que a higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO

Como Política de Manutenção de Emprego, para fins de evitar demissões e, visando a preservação do emprego dos trabalhadores quando da ocorrência das empresas sucedidas, em contratos de prestação de serviços, ficam as sucessoras facultadas a absorver, sem que se caracterize sucessão trabalhista, em seu quadro de empregados, com a garantia de estabilidade no emprego, por prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, os empregados em atividades no local junto ao cliente objeto da sucessão, ficando, neste caso, a empresa sucedida na obrigação das rescisões trabalhistas, ressalvando:

Parágrafo Primeiro - Rescisão de demissão por justa causa.

Parágrafo Segundo - Pedido de demissão do trabalhador.

Parágrafo Terceiro - Se a substituição do trabalhador for por solicitação escrita do tomador dos serviços.

Parágrafo Quarto - A empresa sucessora, por motivo de força maior, poderá não absorver a totalidade dos trabalhadores ou ainda, rescindir com os mesmos antes do prazo previsto no caput, desde que devidamente justificados perante o Sindicato Laboral, com assistência obrigatória do Sindicato Laboral.

Parágrafo Quinto - Em havendo transferência do contrato de trabalho sem rescisão, nos casos permitidos por lei ou jurisprudência, a sucessora passará a responder pelo passivo da sucedida (artigo 10 c/c 448 da Consolidação das Leis do Trabalho).

Parágrafo Sexto - Em não havendo a sucessão, fica a empresa sucedida responsável pelas verbas rescisórias.

Parágrafo Sétimo - Aos empregados absorvidos pela empresa sucessora fica garantida a não cobrança do aviso prévio por parte da empresa sucedida.

Parágrafo Oitavo – Fica facultado ao empregado optar pela sua transferência/admissão ou não para a empresa sucessora. Caso a opção do trabalhador seja pela não admissão pela a empresa sucessora, a empresa sucedida deverá transferi-lo para outro posto de serviço, ficando proibido neste caso, colocar o empregado para trabalhar em função diferente da qual foi contratado e, em caso de a empresa não possuir outros postos de serviços, fica obrigada a promover a rescisão contratual do empregado, pagando-lhe todos os seus direitos trabalhistas, inclusive o aviso prévio devido.

§ Parágrafo Nono – Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato contratarão os empregados da anterior sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão será por acordo e obrigara ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS, com acompanhamento do representante do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - - DOS DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas, a pedido dos sindicatos e/ou federação, liberarão a frequência aos dirigentes eleitos para mandato sindical da seguinte forma: SINEMPREVS 01 (um) por empresa; SINTIVISAF-R 05 (cinco) dirigentes, limitando a 01 (um) diretor por empresa; SINVMA 03 (três) dirigentes, limitando a 01 (um) diretor por empresa; SEESV 03 (três) dirigentes, limitando a 01 (um) diretor por empresa;

§ PRIMEIRO - A liberação dos dirigentes sindicais se dará com ônus para as empresas, como se os empregados estivessem no exercício de suas funções, inclusive o ticket-alimentação.

§ SEGUNDO - Aos diretores liberados será assegurado o pagamento mensal do salário-base da categoria, inclusive vale-transporte limitado a 65 vales para cada diretor de Cuiabá e 40 vales para cada diretor do interior.

§ TERCEIRO - A pedido dos Presidentes dos Sindicatos, as empresas liberarão os dirigentes que não usufruem da livre frequência, mediante comprovação através de edital de convocação, para as seguintes assembleias da categoria:

I - Assembleia Geral Ordinária:

II - Assembleias gerais extraordinárias, a saber: para alteração estatutária, aprovação de contas, elaboração de pautas de reivindicação para acordos/convenções coletivas.

§ QUARTO - Os dirigentes sindicais não contemplados com frequência livre deverão ser escalados pelas empresas, para prestação de serviços em jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

§ QUINTO – Farão jus aos mesmos direitos contidos no caput e §1º e §2º desta clausula (liberação com ônus) os delegados sindicais especialmente designados pela entidade sindical para atuarem nas sub-sedes, onde houver, limitando a 02 (dois) delegados por sub-sedes 01 (um) delegado por empresa, devendo ser observado a proporcionalidade sobre a quantidade de no mínimo 10% (dez por cento) de empregados existentes na localidade por empresa que ira ceder;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - - DAS CONTRIBUIÇÕES

Fica instituído as contribuições na forma dos parágrafos seguinte:

§ PRIMEIRO-A - DAS MENSALIDADES – A partir da vigência desta Convenção, a todos os membros da categoria associados (que já contribuem) com o Sindicato Laboral se dará continuidade aos descontos no percentual de 3% (três por cento) do salário-base.

§ PRIMEIRO-B – DA CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIADOS POR ESTA CONVENÇÃO COLETIVA – Com Base nas disposições contidas no artigo 513, alínea "e" da CLT, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal através de Recursos Extraordinários nº. 189.9603, publica no DJU em 10/08/2001 e recentemente entendimento do Ministério Publico do Trabalho e poder Judiciário através de julgados recentes, afim de que haja a manutenção da infra estrutura da entidade sindical, considerando que os benefícios e vantagens negociados pela entidade laboral abrangem a toda a categoria no decorrer do ano de sua vigência, independente de ser associado ou não, mas beneficiado por esta CCT e considerando a decisão da assembleia da categoria. Por estas razoes, os empregadores ficam obrigados a descontar na folha salarial de cada mês, a partir de março de 2018, o equivalente a 1% (um por cento) do salario base de cada trabalhador não filiado, mas BENEFICIADO por esta CCT.

I - As taxas de mensalidades, previstas no §PRIMEIRO-A e § PRIMEIRO-B, deverão ser recolhidas nas contas bancárias dos Sindicatos e ou através de recibos timbrados do sindicato contendo as duas assinaturas do presidente e tesoureiro, até o dia 10 (dez) de cada mês.

II - Para efeito de comprovação que os descontos foram feitos corretamente, das mensalidades previstas no §PRIMEIRO-A e § PRIMEIRO-B, as empresas deverão remeter mensalmente aos sindicatos, até o dia 05(cinco) do mês subseqüente ao desconto, uma relação ordenada de todos os empregados atingidos pelo desconto, contendo o nome e o valor do desconto, em listas separadas uma para o desconto previsto no § PRIMEIRO-A e outra para a previsão do § PRIMEIRO-B, sob pena de multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor devido.

III – Faculta-se o direito de oposição da contribuição prevista no § PRIMEIRO-B desta Cláusula, sendo que, para tanto, o trabalhador interessado deverá protocolar sua oposição por escrito na sede do sindicato laboral (mediante recibo) juntamente com sua renuncia aos benefícios negociados e conquistados pelo sindicato laboral por meio desta CCT.

IV - A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência previa e expressa dos trabalhadores para efeito de desconto.

V - Ocorrendo descontos nos salários dos empregados e não havendo repasse ao sindicato, o mesmo encaminhará denúncia criminal ao Ministério Público, para apuração e início da competente ação por apropriação indébita prevista no artigo 168º do Código Penal, responsabilizando-se o dirigente da pessoa jurídica conforme parágrafo 5º do artigo 173 da CF1988.

VI - SINDICALIZAÇÃO - As empresas colaborarão com a entidade sindical, na sindicalização de seus empregados, em especial na contratação, fornecendo aos novos contratados as Fichas de Filiação, sendo a este facultada a filiação.

VII – As Empresas que não recolherem as contribuições previstas nesta CCT nos prazos estipulados pagarão multa de 10% (dez por cento) sobre o montante mais mora diária de 0,39% ao dia de atraso.

§ SEGUNDO - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA – Será descontada mensalmente na folha de pagamento de todos os trabalhadores associados aos sindicatos suscitantes a importância de 1% (um por cento) do salário-base, para custeio do Sistema Confederativo conforme art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal.

§ TERCEIRO-A- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL ANUAL – Será descontado, no mês de abril de 2018, na folha de pagamento de todos os trabalhadores abrangidos por esta CCT, exceto trabalhadores representados pelo Sindicato de Rondonópolis - SEESV, a título de contribuição assistencial a importância de 3,50% (três ponto cinquenta por cento) sobre o salário base, para o custeio das negociações coletivas.
I - fica assegurado ao trabalhador a qualquer tempo a oposição ao desconto, devendo o mesmo se manifestar por escrito e assinado perante aos Sindicatos Laborais.

§ TERCEIRO-B - DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL LABORAL - Conforme a decisão do STF, n.º 21.758 e Enunciado 38 da Anamatra na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada em Brasília/DF (outubro de 2017), cuja anuência previa e expressa advém da deliberação dos trabalhadores em assembleia geral extraordinária convocada para este fim especifico e realizada, os sindicatos convenentes cobrarão da categoria econômica e profissional, INDEPENDENTE DA FILIAÇÃO SINDICAL ou não, a Contribuição Sindical, prevista nos artigos 578 a 580 da CLT, sendo que as empresas descontarão dos seus empregados o valor correspondente à remuneração de um dia de trabalho/ano, que será pago através de boleto bancário a favor dos sindicatos laborais, nos termos da lei e em conta vinculada na Caixa Econômica Federal e cobrará das empresas da categoria econômica o valor fixado em percentuais sobre o capital social da empresa, nos moldes do Inciso III, do art. 580 da CLT.

I - fica assegurado ao trabalhador a qualquer tempo a oposição ao desconto, devendo o mesmo se manifestar por escrito e assinado perante aos Sindicatos Laborais.

§ QUARTO - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL – Objetivando o custéio da Negociação da Convenção Coletiva, fica convencionado a Contribuição Assistencial Patronal, que deverá ser recolhida no dia 29.03.2018, por todas as Empresas que compõe o seguimento de segurança privada no estado de Mato Grosso , com base no CAGED, informado no início de janeiro de 2018, conforme determinado pela AGE (Assembleia Geral Extraordinária), realizada em 08.11.2017

I- O valor mencionado neste parágrafo será devido à razão de R$ 5,00 (Cinco Reais) por funcionário de empresas de Segurança e vigilância e R$ 120,00 (cento e vinte reais) para as Escolas de Formação de Vigilantes.

§ QUINTO - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL – Considerando que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva de Trabalho para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado, ainda por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal, será cobrada no mês de julho, agosto, setembro e outubro do corrente ano, nos termos do disposto nos incisos III e IV, do art. 8º, da Constituição Federal, tendo por base os valores decididos em Assembleia Geral Patronal no valor de R$ 5,00 (cinco Reais) por empregado, conforme CAGED referente ao mês de maio 2017, informado ao M T E em junho de 2017, sendo este valor cobrado em 04 parcelas vencidas nos dias 30 de julho, 30 de agosto, 30 de setembro e 30 de outubro de 2018.

§ SEXTO - O atraso no pagamento das contribuições mencionadas nos parágrafos quarto e quinto desta Clausula, acarretará a incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pelo índices fornecidos pelo INPC/IBGE

§ SÉTIMO - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO - Aos empregados demitidos sem justa causa ou cuja justa causa não tenha sido reconhecida pela Justiça do Trabalho, a empresa fornecerá carta de apresentação.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - - DAS CONDIÇÕES PROFISSIONAIS E OPERACIONAIS

As Partes ficam obrigadas a cumprirem todas as condições profissionais e operacionais exigidas para uma perfeita harmonia na prestação dos serviços

§ PRIMEIRO - Os Certificados do Curso de Formação e Reciclagens deverão ser devolvidos aos vigilantes, ficando as empresas com uma cópia dos mesmos;

§ SEGUNDO - As empresas poderão proporcionar cursos de formação a candidatos pretendentes ao cargo de vigilantes que poderão ser descontados da remuneração do mesmo após a sua contratação.

I - O desconto a que se refere o § anterior, será feito mensalmente em parcelas que não ultrapassem 30% (trinta por cento) do salário-base dos vigilantes, corrigidas nos mesmos índices dos reajustes salariais da categoria e, em caso de rescisão, de uma só vez.

§ TERCEIRO - As empresas deverão custear todas as despesas com passagens, custo da reciclagem, estadia, alimentação sem desconto da remuneração, caso a reciclagem se realize fora do domicílio do vigilante.

§ QUARTO - Cuiabá e Várzea Grande, para efeito desta convenção, serão consideradas um único domicílio.

§ QUINTO - Durante a realização do Curso de Formação ou Reciclagem o vigilante ficará exclusivamente à disposição da Escola, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive, fica garantido o pagamento do prêmio assiduidade, vale transporte e ticket alimentação.

§ SEXTO – Toda a documentação dos vigilantes para reciclagem serão custeadas e providenciadas pelas empresas somente para aqueles vigilantes acima de 06 (seis) meses de trabalho na empresa.

I - Se alguma empresa vier a descumprir o previsto no parágrafo quinto desta clausula deverá indenizar todo o período que o trabalhador, for escalado para prestação de serviço como hora extra com adicional de 100% sobre a hora normal.

§ SÉTIMO - FISCAIS E SUPERVISORES - Os fiscais e supervisores obrigatoriamente deverão estar em dia com a realizacao do curso de formação e reciclagem, bem como usarem uniformes com identificação da empresa, durante o horário de trabalho.

I - Aos empregados contratados pelas empresas, para fiscalizar os empregados vigilantes que trabalharem nos postos de serviço, independentemente da denominação, farão jus alem do adicional de periculosidade, de uma gratificação correspondente de no mínimo a 30% (trinta por cento) do salário base dos empregados vigilantes.
§ OITAVO – VIGILANTES LIDERES – Fica estabelecido que todos os vigilantes lideres receberão gratificação conforme tabela abaixo:
I – 10% do Salário Base de 01 à 08 vigilantes;
II – 15% do Salário Base de 09 à 15 vigilantes;
III – 20 % do Salário Base de 16 à 30 vigilantes;
IV – 30% do Salário Base a cima de 30 vigilantes.
Aos trabalhadores que já recebem valores a cima dos especificados no § OITAVO, permanecerão inalterados.

§ NONO - Fica instituída gratificação de função para os componentes que trabalham com cães, enquanto no exercício da função, a contar de 01/01/2018, como segue:
I - Para os vigilantes que exercerem função utilizando cães adestrados, aprovados pela Policia Federal e de propriedade da empresa, portadores de curso especiais e autorizados por escrito expressamente pela mesma, a gratificação será de R$ 167,65 (Cento e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

II - As referidas gratificações serão fixas e inalteráveis e concedidas apenas na vigência da presente convenção e não integrarão às verbas salariais e não incorporarão aos salários, bem como, não incidirão para o cálculo de horas extras e adicionais, a qualquer título, mas deverão ser pagas no mesmo valor, ou proporcionais - conforme o caso, nas férias e no 13º. Salário, com incidência do FGTS e Previdência Social, na forma da Lei.

§ DÉCIMO - Será concedido um abono de 1/30 avos do salário base, ao empregado que trabalhar na noite de 24 de Dezembro de 2018 (noite de natal) e 31 de Dezembro 2018.

§ DÉCIMO PRIMEIRO - Para o Vigilante Ronda Móvel: Será considerado como Vigilante Ronda Móvel o profissional que esteja incumbido de fazer ronda em determinado local de trabalho, somente motorizadas, sendo estas realizadas de motos ou veículo leve.

a) A função de vigilante ronda móvel devidamente reconhecida fará jus ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o piso salarial da categoria, a tíitulo de prêmio, o qual será pago em holerite de forma indenizada, não incidindo ou refletindo o mesmo sobre qualquer verba remuneratória.

b) Aos vigilantes ronda móvel que, por liberalidade da empresa, já recebem o devido adicional, e, sendo este superior ao estabelecido ao parágrafo anterior, não poderá a empresa reduzir o referido adicional ou gratificação que ora esteja sendo pago.

c) Deixando de exercer a função de vigilante ronda móvel, o vigilante deixará de receber o referido adicional.

d) As referidas gratificações serão fixas e inalteráveis, será concedida apenas na vigência da presente convenção, não integrará às verbas salariais e não incorporará ao salário, bem como, não incidirá para o cálculo de horas extras e adicionais, a qualquer título, mas deverá ser paga no mesmo valor ou proporcional, conforme o caso, nas férias e no 13º. Salário, com incidência do FGTS e Previdência Social, na forma da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - -DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL, OCUPACIONAL E LAZER PARA OS EMPREGADOS

fica convencionado a obrigatoriedade dos Empregadores (empresas), a partir do dia 01 de janeiro de 2018, continuarão recolhendo, mensalmente, ao PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL, OCUPACIONAL e LASER DO SEGMENTO o valor de R$ 5,00 (cinco reais) por empregado.

§ PRIMEIRO - Será mantido na grande Cuiabá clube recreativo com infra-estrutura (quadras, piscinas, churrasqueiras etc.) que permita o laser do empregado e seus familiares (leia-se mulher e filhos, se houver).

§ SEGUNDO - A inadimplência do empregador (empresa) ou não adesão ao Programa que impossibilite o acesso dos trabalhadores ao benefício mencionado no § Primeiro desta cláusula, acarretará ao empregador (empresa) inadimplente, multa mensal de 5% (cinco) por cento do piso salarial da categoria a ser pago, a titulo de indenização, a cada um de seus empregados lesados.

§ TERCEIRO - O sindicato patronal encaminhará aos empregadores (empresas) as instruções, carnês ou boleto para pagamento,

§ QUARTO - NUMERO DE FUNCIONÁRIOS – As Empresas ficam obrigadas a encaminhar a CAGED ao Sindicato Patronal e Laboral, até o dia 10 do mês seguinte ao do fechamento da Folha de Pagamento, comprovando o número de empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - - CERTIFICADO OU SELO DE REGULARIDADE

Fica criado o Certificado e o Selo de Regularidade em Segurança nos termos da Regulamentação deliberada em Assembléia do Sindicato Patronal.

§ PRIMEIRO - O Certificado de que trata esta cláusula, tem como objetivo INFORMAR e DIVULGAR à sociedade em geral, em especial aos tomadores de serviços públicos e privados, a regularidade jurídico-fiscal econômica e financeira das empresas do setor de segurança privada, segurança eletrônica, monitoramento de alarmes e transporte de valores, que atuem no Estado de Mato Grosso e cumprem toda a legislação pertinente a atividade e primordialmente, esta Convenção Coletiva.

§ SEGUNDO - O Certificado será acompanhado do Selo de Regularidade em Segurança e será expedida a todas as empresas que atenderem aos requisitos da regulamentação, independente de filiação.

§ TERCEIRO - DO COMPROVANTE DE REGULARIDADE CONVENCIONAL – Fica instituído, por este instrumento, o Comprovante de Regularidade Convencional, o qual será emitido somente àquelas empresas que estiverem com suas obrigações convencionais (**relativas ao segmento**) em situação regular. A certidão de que trata esta cláusula **INDEPENDE** de filiação e não está sujeita ao pagamento de qualquer taxa, custa ou emolumento.

§ QUARTO - Fica criado o **SELO** de **REGULARIDADE CONVENCIONAL**.

§ QUINTO - Fica expressamente determinado que: a solicitação do referido comprovante será **REQUERIDO** por escrito e ao fim **RETIRADO**, no Sindicato Laboral, ficando sua emissão sujeita ao prazo de 48 horas para entrega, terá validade de 60 dias, será expedido **GRATUITAMENTE** independente de filiação e deverá conter **OBRIGATÓRIAMENTE**, a assinatura dos representantes do sindicato laboral e patronal **sob pena de invalidade**.

§ SEXTO - Havendo irregularidade, tanto na esfera laboral quanto na patronal, será expedido o **COMPROVANTE DE IRREGULARIDADE**, a qual apontará todas as irregularidades apuradas.

§ SÉTIMO - DOS ACORDOS COLETIVOS – O sindicato laboral, para a efetivação de Acordos Coletivos, requisitará, à empresa interessada, a apresentação do **COMPROVANTE DE REGULARIDADE CONVENCIONAL**.

I - Para a emissão do comprovante de regularidade, previsto nesta cláusula, os empregadores deverão apresentar, trimestralmente, os seguintes documentos:
a) Relação dos empregados da empresa, relacionados por setor
b) CAGED'S
c) Comprovante de quitação do FGTS do último trimestre (Guia de Recolhimento)
d) Certidão Negativa de Débito INSS (Receita Federal do Brasil)
e) Comprovante de quitação das contribuições sindicais laboral e patronal (art. 578 da CLT)
f) Comprovante do cumprimento Normas Regulamentadoras
g) Comprovante da efetivação dos seguros previstos nesta CCT
h) Certidão Negativa de Regularidade e cumprimento de obrigações da CCT com o Sindicato Laboral.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - - DOS PRINCIPIOS

I - A atividade de SEGURANÇA PRIVADA tem por objetivo social a proteção de VIDAS e BENS PATRIMONIAIS PRIVADOS e PÚBLICOS é regida por Legislação Federal específica e sua Autorização é de competência exclusiva do Ministério da Justiça através do Departamento de Polícia Federal;

II - Somente ao VIGILANTE (Profissional de Segurança) é permitido o exercício da atividade de VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, devendo para tanto, ser habilitados em CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE, estar empregado em uma EMPRESA DE VIGILÂNCIA e possuir registro no Departamento de Polícia Federal;

III - Em face de suas peculiaridades, bem como ao uso de arma de fogo ou não, o exercício da atividade Profissional de Vigilância sem os requisitos acima citados, constitui infração penal nos termos da Lei 7.102/83 e suas regulamentações, e sujeita o infrator às penas previstas na lei específica e na lei específica no Código Penal Brasileiro;

IV - A atividade de Vigilância e Segurança possui peculiaridades próprias que devem ser sempre consideradas na análise e aplicação das normas aqui convencionadas.

V - As normas aqui estabelecidas visam proteger a incolumidade, a dignidade, o bem estar pessoal e da família do Profissional de Segurança, e o seu fiel cumprimento deve ser uma constante para os Trabalhadores e Empresas, objetivando a harmonia entre as partes.

VI - Entende-se por segurança privada a atividade proativa, preventiva, complementar à segurança pública, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, que tem por objetivo auxiliar as forças de segurança pública a reduzir a criminalidade e é executada por empresas de direito privado, através de profissionais qualificados ou com emprego de tecnologias e equipamentos, mediante regulamentação e controle diretos do poder público.

VII - A atividade de segurança privada abrange, nos limites da lei e conforme dispuser o regulamento e suas decorrentes normas aplicadas, a utilização dos meios necessários na avaliação e eliminação do risco, com o fim de resguardar a propriedade, o direito de ir e vir e a integridade física dos indivíduos, de modo a prevenir e neutralizar ameaças reais e potenciais aos interesses do tomador do serviço ou no espaço comunal sob proteção.

VIII - A segurança privada tem como política a adoção de medidas que envolvem o poder público, classes patronais, classes laborais e os tomadores de serviço, cuja execução obedecerá aos princípios da dignidade da pessoa humana, da civilidade e urbanidade, do interesse público e da observância das disposições que regulam as relações de trabalho. Sendo **atividade de segurança Privada**:
I – formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada.
II – vigilância patrimonial, exercida com a finalidade de prevenir ou reprimir ilícitos atentatórios à vida, ao patrimônio privado ou público, urbano ou rural, Industrial, comercial ou residencial;
III – segurança interna ou externa de eventos;
IV – segurança nos transportes coletivos;
V – segurança no perímetro interno de estabelecimentos prisionais;
VI – segurança em unidades de conservação e reflorestamento;
VII – serviços de instalação, manutenção, assistência e inspeção técnica de equipamentos eletrônicos de segurança, prestação de serviços de monitoramento e rastreamento de bens, incluídos numerários e outros valores, e de pessoas;
VIII – pronto atendimento no local quando os sistemas eletrônicos de segurança de monitoramento ou rastreamento emitir sinais de emergência;
IX – execução do transporte de numerário, bens ou outros valores;
X – escolta de bens, cargas ou valores;
XI – segurança pessoal, com a finalidade de prevenir ou reprimir ilícitos que atentem contra a integridade física de pessoas ou grupos;
XII – brigada de incêndio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - - DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS ENVOLVIDAS

São abrangidos por esta Convenção Coletiva de trabalho: Os Sindicatos supramencionados e os trabalhadores em Segurança Privada e especificado no cnae 701 e relacionados na Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, no Grupo 5173 e suas sub classificações e (-05, -10; -15; -20; -25; -30), desenvolvendo atividades em estabelecimentos industriais, comerciais ou residenciais, doravante denominados empregados e as respectivas empresas empregadoras, doravante denominadas EMPRESAS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - - DAS CONDIÇÕES GERAIS

I – BASE TERITORIAL – Estado de Mato Grosso - municípios: Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apiacas, Araguaiana, Araguainha, Araputanga, Arenápolis, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Brasnorte, Cáceres, Campinapolis, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Campos de Julio, Cana Brava do Norte, Canarana, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Claudia, Cocalinho, Colider, Comodoro, Confresa, Cotriguaçu, Cuiabá, Denise, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueiropolis d'Oeste, Gaucha do Norte, General Carneiro, Gloria d'Oeste, Guarantã do Norte, Guiratinga, Indiavai, Itauba, Itiquira, Jaciara, Jangada, Jauru, Juara, Juina, Juruena, Juscimeira, Lambari d'Oeste, Lucas do Rio Verde, Luciara, Marcelândia, Matupá, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Olímpia, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo São Joaquim, Paranaita, Paranatinga, Pedra Preta, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Pocone, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto Esperidião, Porto Estrela, Porto dos Gaúchos, Poxoreo, Primavera do Leste, Querência, Reserva do Cabaçal, Ribeirão Cascalheira, Ribeiraozinho, Rio Branco, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antonio do Leverger, São Felix do Araguaia, São Jose do Povo, São Jose do Rio Claro, São Jose do Xingu, São Jose dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Sapezal, Sinop, Sorriso, Tabapora, Tangara da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoreu, União do Sul, Várzea Grande, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Rica

II – DA COMISSÃO CONCILIAÇÃO PRÉVIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM - As partes ratificam a CCP, que ficará responsável e na obrigação de proceder os entendimentos conciliatórios entre TRABALHADORES e EMPRESAS, em atuação na base territorial de Mato Grosso, cujas regras de funcionamento serão previstas no Regulamento (ANEXO III), que fará parte integrante desta Convenção.

§ PRIMEIRO – Todas as rescisões dos contratos de trabalho dos empregados que possuírem mais de 01 (um) ano de contrato de trabalho em vigor DEVERÃO ser realizadas no âmbito do Sindicato Laboral, com o pagamento ocorrido no prazo de 10 (dez) dias contados do término do contrato e a homologação da mesma no prazo de até 20 (vinte) dias, havendo divergência quanto à discriminação das parcelas e das verbas a serem pagas, deverá o Sindicato Laboral, imediatamente, solicitar ao Sindicato Patronal, através de Ofício, a designação de data para realização de audiência para mediação perante a Comissão de Conciliação Prévia, para dirimi-las.

§ SEGUNDO - Para homologação das rescisões contratuais, as empresas deverão apresentar extrato analítico dos depósitos do FGTS, bem como os demais documentos comprobatórios de descontos e comprovar a regularidade no pagamento do Plano de Prevenção e Proteção a Vida (Clausula 15ª).

§ TERCEIRO - A liquidação das verbas rescisórias só ocorrerá com a devolução, mediante recibo da arma, uniforme, crachá e todos os equipamentos de uso nos postos de serviço, de propriedade das empresas e confiadas a guarda do empregado.

§ QUARTO - O aviso prévio deverá ser comunicado por escrito, observado o disposto na lei vigente, podendo o empregado ser dispensado do trabalho nos últimos 07 (sete) dias, sem prejuízo da remuneração, ou redução das duas horas diárias da jornada, devendo constar no mesmo, a data e o local da rescisão.

§ QUINTO - Todas as empresas abrangidas por esta convenção FICAM OBRIGADAS a efetuar as rescisões de seus empregados, contratados ha mais de 12 (doze) meses, somente na sede do sindicato laboral de sua respectiva base ou não havendo no órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego mais próxima da localidade do trabalho, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor liquido da rescisão não homologada no sindicato.

§ SEXTO - Os prepostos das empresas que forem realizar as rescisões junto ao sindicato deverão apresentar procuração com poderes específicos.

§ SÉTIMO - As empresas ficam obrigadas a pagar todas as despesas com deslocamento dos empregados, cujo pagamento das verbas rescisórias ocorrer fora da localidade onde prestam seus serviços.

§ OITAVO - No ato da rescisão, se a reciclagem estiver vencida, a empresa deverá indenizar o funcionário do respectivo valor da reciclagem, documentação e exames físico/mental, exame psicotécnico e ainda efetuar o pagamento das verbas rescisórias no prazo previsto no artigo 477 da CLT, na presença do agente homologador ou comprovar o seu deposito bancário na conta do trabalhador.

I - Também fará jus à indenização dos custos da reciclagem se, quando da rescisão do contrato de trabalho, a validade do curso ou reciclagem estiver com prazo de expiração de até 90 (noventa) dias, contado da data do afastamento das atividades;

II - não se aplica a hipótese prevista no item I, nos casos de dispensa por justa causa e pedido de demissão

§ NONO - QUADROS DE AVISOS E GARANTIAS SINDICAIS PROFISSIONAIS - As empresas deverão permitir que o Sindicato Profissional possa afixar os informativos trabalhistas e associativos de interesse da Categoria em seus quadros de avisos.

§ DÉCIMO - DO VALE FARMÁCIA E VALE MERCADO - Convencionam as partes que as empresas poderão fornecer Vales-Farmácia e Vales Mercados quando solicitados por seus funcionários e com as devidas autorizações, a título de adiantamento salarial, com a apresentação dos recibos correspondentes, que serão descontados no pagamento do salário.

§ DECIMO PRIMEIRO - CONVÊNIOS **–** Convencionam as partes, que as empresas descontarão do salário de seus empregados que autorizarem, por escrito, e colocarão a disposição do sindicato obreiro ou em favor de que este indicar, através da competente cessão de créditos, os valores referentes a convênios firmados com terceiros, tanto a nível assistencial, bem como, de formação e qualificação profissional e aquisição de material.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - – DAS MULTAS

Alem das Multas previstas em Cláusulas específicas, serão aplicadas multas, revertidas 50% para o empregado e 50% para o sindicato laboral, nas seguintes hipóteses.
a) Atrasos superiores a cinco dias no pagamento dos salários - 10% do valor do piso, por empregado lesado;
b) Não recolhimento do FGTS, comprovado através do extrato da conta na Caixa Econômica Federal - 10% do valor do piso por empregado lesado.
c) Não repasse das contribuições previstas nesta CCT - 10% do piso, por empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - - DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Considerando o disposto no art. 8°, inc. III e VI, da Constituição Federal a inobservância de qualquer clausula contida nesta Convenção Coletiva de Trabalho, levado a juízo, acarretará multa no valor de 0,5 (meio) piso da categoria por empregado da empresa e pelos meses de descumprimento e serão revertidas, descontados honorários, custas etc., ao Programa de Assistência Social, Ocupacional e Lazer dos empregados do segmento, a cargo do Sindicato Autor da Ação.

§ PRIMEIRO - Objetivando resguardar os interesses coletivos e individuais da categoria como um todo e por força deste instrumento reconhecido no art. 7° inciso XXVI da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, fica pactuado que as AÇÕES

DE CUMPRIMENTO que objetivarem o pagamento da multa prevista no "caput" desta cláusula PODERÃO ser propostas na forma de INDIVIDUALMENTE.

§ SEGUNDO - Considerando o disposto no art.8°, inc. III e VI da constituição Federal e a presente cláusula, fica pactuado que TODA E QUALQUER AÇÃO DE CUMPRIMENTO deverá ser precedida de 01(uma) tentativa de conciliação junto aos sindicatos patronal e laboral. As cópias das atas, resultante das tentativas frustradas, deverão ser juntadas à ação aqui pactuada, sob pena de invalidade desta cláusula para efeitos legais.

§ TERCEIRO - Nas reuniões prévias conciliatórias, na sede do SINDESP-MT, deverão estar presentes, OBRIGATORIAMENTE, um membro de cada entidade (patronal e laboral) designados por seus presidentes e um representante da empresa inadimplente.

§ QUARTO - Acorda-se, também, por este instrumento, que o descumprimento de qualquer item desta cláusula seja por parte do sindicato patronal ou laboral, DEVERÁ acarretar na SUMARIA EXCLUSÃO da mesma via termo aditivo.

§ QUINTO - Fica eleito o foro da comarca de Cuiabá para o ajuizamento da ação prevista nesta cláusula, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e avençados, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, para que produzam os efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS LITISCONSORTES NECESSÁRIOS

Os sindicatos subscritores da presente convenção coletiva participarão, como litisconsortes necessários, em ação coletiva que tenha como objeto a anulação de clausulas desse instrumento, vedada a apreciação por ação individual.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA APRENDIZAGEM

O percentual de aprendizagem de no mínimo 5%, previsto no artigo 429 da CLT, que deve ser aplicado em relação as funções que demandem formação profissional, difere do curso de formação de vigilantes a que alude a Lei nº 7.102/82, em seu art. 16, inciso IV, requisito essencial para o exercício da atividade de segurança, não se confundindo com a mencionada habilitação profissional obtida por meio de curso técnico de nível médio, prevista nas normas que tratam da aprendizagem, e também por força de lei, o curso de formação de vigilante somente pode ser autorizado pelo Departamento da Policia Federal, portanto no cálculo da contratação de aprendizes devem ser excluídos da base de cálculo os empregados vigilantes armados e/ou desarmados e de transporte de valores, inclusive em razão de que para o exercício das referidas funções.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO DEFICIENTE FISICO

Considerando que os empregados vigilantes tem a função legal de inibir ou proibir ação delituosa com o uso de armas de fogo/branca, e inclusive desarmado, sendo treinado para

defesa pessoal, de patrimônio, de pessoas necessitando, assim estar em plenitude física e mental, bem como que as atividades de prestação de serviço são prestadas na sede do tomador de serviços, impossibilitando assim, que a empresa prestadora de serviço propicie condições adequadas de trabalho para os portadores de deficiência física habilitada ou reabilitada, o cumprimento do artigo 93 da Lei nº 8.213/91 e artigos 136 a 141 do Decreto 3.048/99, com relação admissão de pessoa portadora de deficiência física habilitada ou reabilitada, tomará como parâmetro, a exemplo do que ocorre na contratação de policiais, art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, o dimensionamento relativo ao pessoal da administração, ressalvado o comparecimento de profissionais atendendo a publicação da empresa, que comprove ter o curso de formação de vigilante que porte o Certificado Individual de Reabilitação ou Habilitação expedido pelo INSS.

ANGELO ROBERTO JACOMINI
Presidente
SINDESP/MT - SINDICATO DAS EMP DE SEG, VIGILANCIA, TRANSP DE VALORES, SEGUR ELETR, MONIT DE ALARMES E CURSOS DE FORM DE VIGILANTES DO ESTADO DE MT

JOSE ELOI CRESTANI
Presidente
SIND TRABALHADORES EM EMP VIGIL SIMILARES A F E REGIAO

REGINALDO DE ARAUJO SILVA
Presidente
SIND EMP EMPRES SEGUR V T V C F VIG S E V G O T P S E M

KLECIORNEY GONCALVES DE SOUZA
Presidente
SINDICATO DOS VIGILANTES DO MEDIO ARAGUAIA

FLAVIO AMARAL RODRIGUES
Presidente
SIND. DOS EMPRE. EM EMPRES. DE SEG. E VIGILANCIA, VIGIAS DE ESTA. INDUS, COMER. E OUTROS DE ROO E REGIAO SUL MT

ANEXOS
ANEXO I - - TABELA DE REFERÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO I - TABELA DE REFERÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS	Segunda a sexta	Segunda a sábado	12 x 36
GRUPO "A"	38,80%	38,80%	38,80%
INSS	20,00%	20,00%	20,00%
FGTS	8,00%	8,00%	8,00%
SAT	5,00%	5,00%	5,00%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%
SESC SESI	1,50%	1,50%	1,50%
SENAC / SENAI	1,00%	1,00%	1,00%
SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%
INCRA	0,20%	0,20%	0,20%
GRUPO "B"	13,57%	13,19%	14,10%
FÉRIAS	8,58%	8,55%	8,62%
AUXILIO DOENÇA	2,26%	2,26%	2,28%
AUXÍLIO DOENÇA MAIS DE 15 DIAS	0,18%	0,18%	0,18%
ACIDENTE DE TRABALHO	0,04%	0,04%	0,04%
AUXILIO PATERNIDADE	0,02%	0,02%	0,02%
FALTAS LEGAIS	0,45%	0,45%	0,46%
RECICLAGEM ART. 91 DECRETO 992MJ	0,91%	0,75%	0,94%
TREINAMENTO NR 5	1,13%	0,94%	1,56%
GRUPO "C"	12,47%	12,42%	12,52%
1/3 FÉRIAS CONSTITUCIONAL	2,86%	2,85%	2,87%
13o. SALÁRIO	9,47%	9,43%	9,51%
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,14%	0,14%	0,14%
GRUPO "D"	9,36%	9,32%	9,39%
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,22%	3,21%	3,23%
REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,63%	0,62%	0,63%
MULTA DO FGTS	4,14%	4,13%	4,16%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ART 1o Lei 110/91	1,04%	1,03%	1,04%
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,33%	0,33%	0,33%
GRUPO "E"	1,00%	0,99%	1,00%
ABONO PECUNIÁRIO	0,75%	0,74%	0,75%
1/3 CONSTITUCIONAIS DO ABONO	0,25%	0,25%	0,25%
GRUPO "F"	10,84%	10,67%	11,06%
FGTS S/ AVISO PRÉVIO	0,26%	0,26%	0,26%
INCIDÊNCIA GRUPO A S/AV PRÉVIO IND	0,93%	0,92%	0,93%
INCIDÊNCIA SOBRE SAL. MATERNIDADE	0,05%	0,05%	0,05%
INCIDÊNCIA SOBRE 13o SAL AVISO PREVIO	0,02%	0,02%	0,02%
INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" S/ O GRUPO "B" + "C"	10,10%	9,94%	9,80%
TOTAL DOS ENCARGOS	86,04%	85,39%	86,87%

VTC – VILSON TREVISAN CONSULTORIA
Rua Jerônimo Durski, 1237 – Champagnat – Curitiba/PR – CEP: 80730-290 - Fone/Fax: (41) 336-9458 Cel: (4 9975-1275 CNPJ: 01.083.002/0001-54 viltre@netpar.com.br - www.vilsontrevisan.com.br

ANEXO II - - TABELA DE FUNÇÕES E SALÁRIOS DA CATEGORIA

ANEXO II - TABELA DE FUNÇÕES E SALÁRIOS DA CATEGORIA

TABELA DE FUNÇÕES E SALÁRIOS DA CATEGORIA

ITEM REMUNERAÇÃO	Índice	Valor R$
Piso Salarial Mensal		1.153,65
Adicional de Periculosidade (30 dias) (*) Clausula 10ª	30%	346,10
01 (uma) Hora Normal c Base Piso Salarial + Adicional de Periculosidade	Divisor 220	6,82
Adicional Noturno (por hora) c Base Piso Salárial + Adicional de Periculosidade	20%	1,36
1(uma) Hora extra c Base Piso Salárial + Adicional de Periculosidade	50%	10,23
1(uma) Hora de Dobra de jornada c Base Piso Salárial + Adicional de Periculosidade	100%	13,63
1(uma) Hora de Folga Trabalhada c Base Piso Salárial + Adicional de Periculosidade	50%	10,23
1(uma) Hora Intra-Jornada c Base Salário + Adicional de Periculosidade	50%	10,23
1(uma) Hora Noturna Reduzida c Base Salário + Adicional de Periculosidade	Por dia	6,82
Ticket Alimentação	Por dia	18,00 (-) 2,00%)
1(um) Eventos de até 10:00 horas	Por evento	145,00
Prêmio Assiduidade	Não faltar	90,00

(*) De acordo com o Posto de Serviço (ex.: Inflamável, Explosivo, conf. Cláusula 10ª .)

TRABALHADORES EM VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Descrição da Função	Valor do Piso Salarial (R$)	Gratificação da Função (R$ 30 dias)
Vigilante Masculino	1.153,65	Não há
Vigilante Feminino	1.153,65	Não há
Vigilante Segurança Pessoal	Livre Negociação	Livre negociação

TRABALHADORES EM ÁREAS ADMINISTRATIVAS

Descrição da Função	Valor do Piso Salarial (R$)	Gratificação da Função (R$ 30 dias)
Empregados Administrativos	1.153,65	Se Houver -Livre Neee gociação
Auxiliar Serviços Gerais/Office-boy	1.153,65	Não Há
Empregados Adm Acima de **R$ 2.700,00**	Livre Negociação	Livre Negociação

ANEXO III - - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - LEI 9.958/2000

ANEXO III - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - LEI 9.958/2000

A Comissão de Conciliação Prévia será composta por 01 (um) representante do sindicato laboral, 01 (um) do patronal e um escrivão, os quais deverão estar presentes à todas as audiências, a exceção do escrivão, sob pena de nulidade absoluta desta e será regida nos termos e condições que se seguem:

§ 1° - Os conflitos que já estejam tramitando perante a Justiça do Trabalho, havendo anuência das partes, também poderão ser submetida à Comissão de Conciliação;

§ 2° - Tanto o conciliador laboral, quanto o patronal poderão, quando necessário, se fazer representar, mediante simples comunicado à comissão.

§ 3° - O sindicato patronal será representado por seu Diretor Executivo (contratado), devidamente acompanhado pelo titular da empresa ou seu representante legal.

§ 4° - A comissão funcionará de Segunda às Sextas-feiras das 08:30 às 12:00 e 14:00 às 17:00 devendo, as partes interessadas, convocar a audiência, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Para esta convocação bastará que a empresa ou empregado, encaminhe, por qualquer meio, solicitação para a sua realização.

§ 5° - As audiências conciliatórias obedecerão a ordem cronológica das solicitações podendo, quando necessário, serem realizadas audiências extraordinárias visando o descongestionamento de eventuais acúmulos de solicitações.

Inciso I - Na hipótese de ser provocada a comissão por iniciativa da empresa e esta não comparecer RIGOROSAMENTE na data e horário marcado, será cobrada uma multa de 10% (dez por cento) do piso da categoria que será revertida para as despesas administrativas da Comissão, desde que a empresa faltante não justifique o não comparecimento até 03 horas antes do horário combinado, por escrito.

§ 6° - A empresa será representada, nas audiências conciliatórias, através do preposto ou proprietário.

§ 7° - Os empregados deverão apresentar-se para as audiências com a Carteira de Trabalho e estar devidamente acompanhado do representante da categoria laboral.

§ 8° - Toda e qualquer controvérsia de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação do serviço, houver sido criada, se a comissão puder se deslocar até o local da prestação do serviço, ou ainda, se, de comum acordo com o empregado, o empregador arcar com todas as despesas necessárias para o transporte e estadia do empregado junto a CCP do local da sede da empresa.

§ 9° - Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado declaração da tentativa conciliatória frustrada (ATA DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NEGATIVA) com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da comissão, que DEVERÁ ser juntada OBRIGATORIAMENTE a eventual reclamação trabalhista conforme determinação da lei 9.958/2000.

§ 10° - Em caso de motivo relevante que impossibilite a observação do procedimento previsto nesta Convenção Coletiva, será a circunstância declarada na petição inicial da ação intentada perante a Justiça do Trabalho.

§ 11º - Aceita a conciliação, será lavrado ATA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA assinada pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia a todos.
§ 12º - O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

§ 13° - Considerando todo o aparato estrutural NECESSÁRIO para o bom funcionamento das comissões, local apropriado, qualificação pessoal, mão-de-obra mobilizada, tempo, equipamentos, arquivos e toda a responsabilidade civil e penal advinda da atividade aqui pactuada, as EMPRESAS, que tentarem a conciliação, recolherão para a comissão, o valor de R$ 380,00 (trezentos e oitenta) reais, que serão divididos da seguinte forma:
a) R$ 150,00(cento e cinqüenta reais) destinado ao Sindicato Laboral;
b) R$ 230,00(duzentos e trinta reais) destinada a CCP para suprir as despesas administrativas, aluguel, telefone, Tributos, Encargos, energia, água, salário, serviços de informática, papelarias, qualificação de pessoal;

§ 14º - O procedimento adotado pela CCP será o seguinte: A empresa, comparecendo à Comissão, se dirigirá à secretaria para efetuar o referido pagamento da taxa e, após, será encaminhada à sala de audiência para a tentativa de Conciliação, vez que o comparecimento à CCP é uma mera liberalidade e a Lei não permite que recaia sobre o empregado qualquer ônus advindo da tentativa de Conciliação Prévia.

§ 15º - A Comissão de Conciliação Prévia terá prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da regular provocação do interessado.

§ 16º - Esgotado o prazo sem a realização da sessão, será fornecida, no último dia do prazo, a declaração a que se refere o § 2° do art. 625-D da Lei 9.958 de 12 de Janeiro de 2000.

§ 17º - O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo aqui previsto.

§ 18º - Aplica-se à Comissão de Conciliação prévia trabalhista, criada nesta convenção, no que couber, as disposições previstas na CLT, jurisprudência e doutrina trabalhista, especialmente aquelas previstas para o INADIMPLEMENTO das obrigações oriundas de conciliações e acordos, desde que observados os princípios da paridade e da negociação coletiva na sua constituição

§ 19º - Os acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia, quando não cumpridos, serão EXECUTADOS pela forma estabelecida no Capítulo V da CLT.

§ 20º - "É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juízo que tem competência para o processo de conhecimento relativo à matéria."

§ 21º - Esta comissão de conciliação prévia vincula o seu período de funcionamento, para todo e qualquer efeito, ao período de funcionamento da justiça do trabalho. Assim, entendido recessos forenses, feriados e datas comemorativas em que a justiça laboral não funcione. Fica ressalvado os casos de consenso entre os sindicatos que poderão, a qualquer tempo, realizar sessões extraordinárias a pedido das partes interessadas.

§ 22º - Objetivando a diminuição dos custos operacionais, fica EXPRESSAMENTE pactuado, por este instrumento, que esta Comissão de Conciliação Prévia, poderá funcionar juntamente com outras, de categorias diversas, já existentes ou que eventualmente venham a ser criadas. Comissão no que se refere à representatividade da categoria e à paridade nas conciliações.

§ 23º - Fica expressamente autorizado o funcionamento desta comissão no âmbito dos sindicatos.
§ 24º - Farão parte dos processos de conciliação os seguintes documentos, sem prejuízo de outros necessários para o bom andamento das conciliações:)
DO EMPREGADOR: Solicitação, de audiência de conciliação.
DO EMPREGADO: Carteira de trabalho e solicitação de audiência de conciliação.

ANEXO IV - ATA SINDICATO SINTVISAF-R ALTA FLORESTA

.

ANEXO V - ATA SINDICATO SINVMA MÉDIO ARAGUAIA

Anexo (PDF);

ANEXO VI - ATA SINDICATO SEESV - RONDONÓPOLIS

.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço http://www.mte.gov.br.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Alameda Aníbal Molina s/n, - Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT, CEP 78115-901
Telefone: (65) 3688-6770 e Fax: - http://www.agricultura.gov.br

TERMO DE APROVAÇÃO

Várzea Grande/MT, 09 de agosto de 2018.

Com fundamento no art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05 e art. 8, IV Decreto 3.555/00, e no uso das atribuições do cargo de Superintendente Federal de Agricultura, conforme Portaria nº 1.428 de 01/09/2015, publicado no DOU de 02/09/2015, **APROVO** o **TERMO DE REFERÊNCIA** 5214527 e demais documento do planejamento da contratação de empresa especializada em vigilância, de que trata o presente processo e **AUTORIZO** a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO**, atendidos todos os preceitos estabelecidos na legislação que amparam a matéria, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei n° 10.520/2002 e Decreto n° 5.450/2005.

Restitua-se à Divisão administrativa para prosseguimento do ato convocatório.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 10/08/2018, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5215185** e o código CRC **E40AD53E**.

Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04 SEI nº 5215185

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS-SFA-MT - SCC-MT
Alameda Aníbal Molina s/n - Bairro Ponte Nova - MT, CEP 78115-901
Tel: (65) 3688-6770 - http://www.agricultura.gov.br

Memorando nº 85/2018/SCC-MT/DAD-MT/SFA-MT/MAPA

Várzea Grande, 14 de agosto de 2018.

Ao(À) Ao Senhor(a) Chefe do SEOF-MT

Assunto: **Previsão de recurso orçamentário.**

Ao Senhor
José Geraldo Ferreira de Souza
Chefe do SEOF/DAD/SFA-MT

Senhor Chefe,

Solicitamos a informação da previsão de crédito orçamentário para contratação de serviço contínuo de vigilância em proveito da SFA/MT, de acordo com as condições estabelecidas no presente processo.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DULCE DE MORAES CHAVES**, **Chefe do Setor de Compras e Contratos**, em 14/08/2018, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5247794** e o código CRC **B3CC224E**.

Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04 SEI nº 5247794

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
SERVICO DE EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA-SFA-MT - SEOF-MT
Delegacia Federal da Agricultura - Bairro Alameda - MT, CEP 78115901
Tel: (65) 3688-6722 - http://www.agricultura.gov.br

Memorando nº 71/2018/SEOF-MT/DAD-MT/SFA-MT/MAPA

Cuiabá, 15 de agosto de 2018.

Ao(À) A Chefe do SCC-MT

A Senhora

Maria Dulce de Moraes Chaves,

Senhora Chefe,

Informamos que a referida despesa esta programada em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 130077

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 086220

Elemento de Despesa: 339037-03

PI: OPERASFAS

Documento assinado eletronicamente por **LUDMILA CERQUEIRA SANTOS**, **Chefe de Serviço**, em 15/08/2018, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5252553** e o código CRC **A7FD8D2E**.

Referência: Processo nº 21024.000955/2018-04 SEI nº 5252553